

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: PENSANDO UMA REALIDADE EM CONSTRUÇÃO*

Rosetta Mammarella**

Introdução

Anuncia-se a crise dos Movimentos Sociais (MS). Mas que crise é essa? Qual o seu teor? E mais, como relacionar o anúncio da crise com a utopia que aflorou a emergência das novas práticas sociais sujeitos das transformações sociais?

A questão poderia falsamente remeter a duas alternativas: crise da temática, que estaria esgotada, considerando-se a intensa, extensa e diversificada literatura já produzida nos últimos 20 anos; ou crise no sentido de retração no plano fático de grupos e setores organizados da sociedade, tão esperançosamente qualificados de Novos Movimentos Sociais. No entanto consideramos que a problemática é mais complexa. Ela passa, necessariamente, pela análise dos argumentos com que se formou o que poderíamos denominar uma "cultura" dos Movimentos Sociais, que, particularmente no espaço urbano, foram denominados **Novos Movimentos Sociais**.

No dizer de Sader e Paoli (1986, p.41) existem representações instituídas pela produção teórica sobre os Movimentos Sociais relativas ao significado da presença das populações-sujeito analisadas nos estudos quanto às suas possibilidades e limites de ação e que formam um "imaginário persistente com poder de verdade". Nesse universo imaginário, a ênfase à novidade dos Movimentos Sociais é significativa, pois ela se desenvolve no período em que se consolida a democracia no Brasil.

* Este artigo integra pesquisa em andamento no Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos da FEE para Dissertação de Mestrado em Sociologia, na área dos Movimentos Sociais Urbanos. A dissertação será efetuada a partir do estudo de caso do Movimento Popular na Vila Santo Operário, em Canoas, RS, no período de 1979 a 1990.

** A autora agradece ao seu orientador, Professor Dr. Enno Dagoberto Liedke Filho, aos colegas da FEE Sociólogos Naia Oliveira e Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e ao Sociólogo Eduardo Grins pela pacenciosa leitura e pelos valiosos comentários, críticas e sugestões a versões preliminares deste artigo. Assume, contudo, inteira responsabilidade pelas posições aqui expressas.

Assim, nesse quadro de referência, nosso propósito será o de retomar alguns estudos sobre os Movimentos Sociais Urbanos e determo-nos em alguns pontos que consideramos significativos para situarmos o horizonte a partir do qual foram se construindo, no universo dessas representações instituídas da temática, os projetos de democratização da sociedade brasileira nas duas últimas décadas.

O tema é amplo e complexo, e a prática dos Movimentos Sociais comporta diferenciadas formas coletivas de organização, mobilização e objetivos.¹ Essa diversificação ao nível das práticas sociais e coletivas reflete-se numa imprecisão conceitual difícil de ser sintetizada, tendo em vista a abrangência de situações que o conceito comporta, a heterogeneidade e a diversidade de perspectivas teóricas, metodológicas e epistemológicas de análises (MELUCCI, 1984; CAMACHO, 1987; BORJA, 1975).

Uma das dificuldades conceituais reside no uso das terminologias Movimentos Sociais, Movimentos Populares, Movimentos Sociais Urbanos geralmente com sentido sinônimo. Autores como Camacho (1987), preocupados com essa questão de ordem conceitual, distinguem os Movimentos Sociais em dois grandes blocos: o dos setores dominantes ou de grupos hegemônicos de interesses² e o dos Movimentos Populares, referentes aos setores dominados ou a grupos populares. A esse segundo sentido referem-se os trabalhos que caracterizam os "Novos Movimentos Sociais", que dizem respeito à dinâmica do povo em movimento, relativos aos setores da sociedade que sofrem exploração no campo da produção e dominação no campo ideológico e que se constituem em sujeitos históricos (CAMACHO, 1987, p.218). Sem uma clareza que se revele na distinção conceitual dos Movimentos Sociais, equalizam-se as diferenças ao nível estrutural. A referência ao "urbano" está associada à influência que tiveram os estudos de Castells (1980), Lojkin (1979) e Borja (1975) (JACOBI, 1987, p.19) na produção nacional, cuja base teórico-conceitual está no âmbito da Sociologia Urbana.

É importante uma breve referência à centralidade que o conceito de urbano ocupa nos estudos desses autores ao tematizarem os Movimentos Sociais, tendo em vista a forte influência que exerceram nas pesquisas e nos estudos no Brasil.

¹ Pasquino (1988, p.274) faz uma distinção entre "fenômenos coletivos agregados" e "fenômenos coletivos de grupo": nos primeiros, estariam englobadas manifestações massivas compostas por um grande número de indivíduos que não chegam a formar uma identidade, aos quais identificamos os "quebra-quebras" ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo descritos por Nunes (1985), pelo caráter de ação direta que, mesmo com objetivos concretos (p.108), não chega a formar uma identidade coletiva, aproximando-se mais do vandalismo de horda; os segundos caracterizam os chamados grupos estritos, cujos comportamentos semelhantes dão lugar ao surgimento de novas coletividades caracterizadas pelo conhecimento de um destino e esperança comum, como, por exemplo, os grupos de mulheres, grupos ecológicos, associações de bairro, etc.

² Os trabalhos de Minella (1990) e Gómez (1990) exemplificam o que Camacho (1987) denomina Movimentos Sociais de grupos hegemônicos de interesses. Minella estuda as formas de articulação dos setores dominantes como a burguesia bancário-financeira no Brasil, e Gómez identifica e analisa os novos setores dominantes na agricultura latino-americana.

Para Borja (1975), o urbano é considerado como uma forma específica de organização social do território, que assegura a concentração das atividades produtivas e dos meios de consumo coletivo. Na mesma perspectiva, Lojkin (1979, p.16) caracteriza a cidade capitalista como sendo, por um lado, o espaço em que se desenvolve a concentração crescente dos "meios de consumo coletivo" que criam um novo modo de vida com necessidades novas e que ele chama de "civilização urbana"; por outro, a cidade capitalista é caracterizada por um modo particular de aglomeração do conjunto dos meios de reprodução, condição cada vez mais determinante do desenvolvimento econômico.

Para Castells (1980, p.19), considerado o teórico de maior referência nos estudos latino-americanos e nacionais sobre Movimentos Sociais,³ o espaço urbano é o espaço em que se expressa a crise do capitalismo monopolista de forma mais profunda. Partindo da análise das contradições da relação produção/reprodução que ocorrem no espaço urbano⁴, Castells destaca o caráter transformador dos Movimentos Sociais, definindo-os como "um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida" (JACOBI, 1987, p.19). Assim, os Movimentos Sociais enraízam-se na evolução das contradições que configuram a crise do urbano, enquanto espaço de reprodução da força de trabalho. Como tal, são refletidos por Castells como propulsores da transformação para um processo de democratização em que o urbano é o espaço de referência dominante.

Mas, enquanto para Castells os Movimentos Sociais constituem-se em força social atuante capaz de empreender transformações estruturais, Lojkin (1985/1986, p.10) define-os por sua capacidade de elaborar um projeto social — "um projeto alternativo de sociedade". Borja (1975, p.54), por seu turno, enfatiza a generalidade extraordinária que o conceito de Movimentos Sociais abarca. Segundo esse autor, o conceito engloba uma realidade tão ampla em termos de conflitos que perde a eficácia analítica. Seu valor intrínseco é o de indicar uma temática de estudos.

³ A importância de Castells, enquanto um dos principais teóricos que influenciaram as produções sociológicas latino-americana e brasileira nos anos 70, relaciona-se, segundo Calderón e Jelin (1987, p.75-76), aos seus estudos sobre os Movimentos Sociais na Espanha e no Chile, numa perspectiva marxista-estruturalista, rompendo com o enfoque funcionalista da Escola de Chicago. Com Castells, rompe-se a tradição anglo-saxônica do associativismo que predominava nos estudos anteriores. Analisando a realidade espanhola, de gestação e organização das periferias urbanas no processo de esgotamento do regime franquista, Castells atribuiu aos Movimentos Sociais Urbanos a possibilidade de construção de um futuro otimista, referindo-os como uma alternativa frente à opressão capitalista e à sociedade burocrática. Certamente a proximidade entre o processo histórico espanhol e o da América Latina, que se viam às lutas pelo fim dos regimes autoritários e viviam igualmente uma problemática urbana da exclusão social, concentração das riquezas e práticas institucionais autoritárias, faz com que os estudos de Castells tenham ampla repercussão no Brasil.

⁴ As contradições expressam-se pela crise urbana, conhecida pela experiência que os habitantes das grandes cidades fazem, que provém "(...) da crescente incapacidade da organização social capitalista para assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessários à vida cotidiana, da moradia às escolas, passando pelos transportes, saúde, áreas verdes, etc.". Mas a crise "(...) é uma consequência necessária da lógica do desenvolvimento capitalista" (CASTELLS, 1980, p.20).

Porém os estudos de Touraine sobre Movimentos Sociais também tiveram forte repercussão na América Latina e no Brasil, principalmente pela interpretação mais ampla em que são inseridos. Segundo Calderón e Jelin (1987, p.15), Touraine constituiu-se numa alternativa teórica que oferece uma interpretação global da sociedade, combinando condições estruturais e mecanismos de funcionamento e reprodução do sistema social.

Na perspectiva de Touraine (1987, p.99), os Movimentos Sociais constituem-se

"(...) na ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitiva, de uma classe social definida por sua posição dominante ou dependente no modo de apropriação da historicidade, dos modelos culturais de inversão do conhecimento e moralidade até os quais ele mesmo se orienta".

Não os restringindo conceitualmente à problemática urbana, para Touraine (1987) os Movimentos Sociais compõem uma série de processos a partir dos quais a sociedade produz sua organização no sentido do domínio da ação histórica, que passa tanto pelos conflitos de classe como pela transição política. Mas a questão mesma que está em jogo é quem detém o domínio da ação histórica.

Contudo todos esses estudos dão sustentação teórica ao que se precisou denominar Novos Movimentos Sociais com ênfase na problemática urbana, que são interpretados como um potencial de transformação social a partir do cotidiano, com práticas inovadoras, reveladoras de novas formas de participação em que são descobertas novas dimensões da socialização e articulação dos trabalhadores nos espaços coletivos da vida cotidiana e longe dos marcos institucionais, com atuação autônoma, que assumem significado de ruptura frente à tradição política (SCHERER-WARREN, KRISCHKE, 1987); ou enquanto passagem das lutas corporativas às lutas políticas (CAMACHO, 1987, p.222).

No Brasil, o estudo produzido pelo CEBRAP, denominado **São Paulo 75: Crescimento e Pobreza**, parte de outra perspectiva teórica. Nele, a cidade é referida na complexidade das suas relações, evitando-se a exaltação das suas riquezas e as lamentações de seus problemas, como se estas duas situações estivessem desarticuladas entre si, não se constituindo numa única realidade, marcada por contradições e conflitos. Assim, articulando a dinâmica sócio-econômica, política, cultural e ideológica, considera o espaço urbano como espaço de contradições entre forças produtivas e reprodutivas. O documento vale-se, inclusive, de dados e estatísticas oficiais que comprovam, ao mesmo tempo em que ilustram, a problemática de uma metrópole como a Cidade de São Paulo, explicitando que desenvolvimento e miséria são faces da mesma moeda. É nesse contexto que são pensadas as particulares formas de organização da sociedade, contextualizadas à dinâmica estrutural, ao processo de organização política e às formas de apropriação cultural frente às possibilidades que a cidade grande oferece.

No entanto é importante reter que, apesar das inúmeras dificuldades de ordem conceitual e de objeto, os estudos de teor mais crítico-analíticos indicam não um exercício de síntese dessas realidades distintas, mas a definição de linhas paradigmáticas que se tornam mais ou menos hegemônicas em determinados espaços de produção

do conhecimento e do saber.⁵ Assim é que, visualizando as reflexões teóricas sobre os Movimentos Sociais Urbanos particularmente na década de 80, nos deparamos com uma grande produção de artigos e estudos que procuram fazer uma análise avaliativa da produção teórica ao longo das duas décadas. Trabalhos como os de Cardoso (1984), Jacobi (1987), Silva e Ribeiro (1985), por exemplo, oferecem uma visão global do paradigma da novidade dos Movimentos Sociais, em destaque neste artigo, enquanto novo objeto de estudos. Nesse sentido, é possível falar na constituição de um processo de produção coletiva, que segue uma tendência paradigmática em cujo conjunto, como apontam Silva e Ribeiro (1985, p.322), "(...) as divergências podem ser grandes, mas são mutuamente compreendidas e compartilhadas".⁶

Assim, se pensarmos no potencial dos Movimentos Sociais enquanto instâncias organizadas de decisão e poder na sociedade, podemos afirmar que sua tematização permanece em construção, principalmente quando nos deparamos com dois fatores históricos restritivos ou limitativos ao processo de desenvolvimento de mecanismos de participação de setores organizados da sociedade capazes de viabilizar a construção de um projeto de sociedade democrática: a derrocada dos socialismos reais do Leste Europeu no plano político mundial, que recoloca a discussão das utopias e o avanço e domínio de projetos neoliberais que nos últimos anos vêm se impondo nacionalmente, acompanhando um processo também mundial, seja na esfera da economia, seja na da política e da cultura.

Nessa perspectiva, desenvolveremos, na primeira parte deste trabalho, as duas vertentes histórico-conjunturais explicativas da emergência do tema dos Movimentos Sociais: num primeiro momento, e atendendo o critério cronológico, explicitaremos o trabalho produzido pelo CEBRAP para a Arquidiocese de São Paulo em 1975, para servir de fundamentação teórica para os seus agentes de pastoral; num segundo momento, explicitaremos a gênese dos argumentos da hipótese paradigmática da "novidade" dos Movimentos Sociais. Na segunda parte, apresentaremos o desdobramento da hipótese do paradigma dos Novos Movimentos Sociais, já indicando alguns elementos da crise do paradigma. Na terceira parte, traremos o aporte da crise dos Novos Movimentos Sociais, para, na quarta parte, apontar as razões da nossa suspeita de que, mais do que crise efetiva, estamos diante de uma crise forjada, através da identificação das pautas de debate que a ótica da novidade não aprofunda nas tematizações, permanecendo, portanto, em aberto para discussão. Por fim, como notas conclusivas, indicaremos algumas inquietações que os estudos suscitaram, apresentando tópicos que consideramos substantivos para afirmar a atualidade da temática.

⁵ Ao utilizarmos o termo **paradigmático**, estamos remetendo ao texto de Silva e Ribeiro (1985, p.320) **Paradigma e Movimento Social: por Onde Andam Nossas Idéias?**, que, fundamentando-se na teoria de Kuhn, mostra que "(...) é parte integrante do processo de constituição de um paradigma a eliminação de interpretações alternativas ou, em termos radicais, a 'internacionalização' do diálogo: uma vez aceito o paradigma tende a tornar-se seu próprio interlocutor".

⁶ Durham (1988, p. 169-170), num sentido um pouco diferente, diz que a heterogeneidade e a fragmentação dos estudos encontram no universo da cultura uma uniformidade no que se refere a valores, hábitos, postos, aspirações.

1 - Duas vertentes histórico-conjunturais do tema

A temática dos Movimentos Sociais Urbanos encontra sua gênese, enquanto construção teórica, em dois marcos de referência que se distinguem metodológica e politicamente. O primeiro referencial é fornecido no documento **São Paulo 75: Crescimento e Pobreza** (CAMARGO et al., 1976), produzido pela equipe do CEBRAP para a Arquidiocese de São Paulo. Esse documento, por um lado, avança nas hipóteses estruturais de explicação da realidade, superando sua dimensão parcial e integrando, numa perspectiva dialética, a relação conjuntura/estrutura; por outro lado, cumpre o sentido da práxis: realiza-se como teoria inserida numa prática efetiva em vistas de um projeto de transformação social.⁷

Uma segunda vertente explicativa da emergência dos Movimentos Sociais enquanto temática privilegiada é sintetizada por Calderón (1987). Esse autor mostra como a nova área temática abandona o legado das análises consideradas estruturais da realidade social, em particular da conflitividade latente na sociedade capitalista, propondo uma nova ótica de interpretação dessa conflitividade.⁸

O desdobramento desses dois momentos de gênese analítico-explicativa dos Movimentos Sociais Urbanos pode ser sintetizado como segue.

1.1 - São Paulo 75: Crescimento e Pobreza

Partindo do pressuposto da desigualdade estrutural da sociedade capitalista, o documento **São Paulo 75: Crescimento e Pobreza** busca explicitar as mediações e determinações interferentes na relação Estado/Sociedade, levando em consideração as dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas.

⁷ Usamos práxis no sentido indicado por Mascarello (1991, p.25), que refere a construção do mundo e da realidade humana como produto do homem social. Essa visão do homem e da história define-se como práxis. Diz a autora: "(...) o homem se objetiva em sua atividade material e esta objetivação se efetiva em relações sociais estabelecidas pela e na transformação social do mundo. Neste processo, mediante o qual o homem se cria, tanto ele sofre, antagonicamente, o condicionamento de forças históricas (econômicas, políticas, culturais, etc.) como age com um coeficiente bastante de liberdade para superar os condicionamentos. O que vem a ser práxis histórica, define também o homem como práxis". Marques (1991, p.90), lembrando a tese central de Marx, também considera (...) que os homens transformam a sociedade e mundo social, mas ao fazê-lo transformam-se a si mesmos".

⁸ Cabe destacarmos que, em 1976, Fernando Henrique Cardoso, no texto **A Dependência Revisitada** (CARDOSO, 1980), tratando das questões teórico-metodológicas, mostra como há a necessidade de redefinir os "atores" que atuam socialmente, bem como os conteúdos político-ideológicos da prática social. Diz que a "unidade do diversos" não estará completa se o estudo das novas formas de dependência se limitar a considerar as condições de sua reprodução e que, na nova síntese a ser elaborada, o conceito de negação nasce junto com o movimento real de transformação social, uma vez que o processo não é meramente teórico. Embora não seja nosso objetivo neste artigo, consideramos destacar que esses textos servem de referencial de base para reinterpretar a crítica de Calderón.

Assumindo uma perspectiva dialética de análise da realidade, o documento mostra, claramente, como "o desenvolvimento e a miséria são duas faces da mesma moeda". Nesse sentido, representa um rompimento das teorias tradicionais, que, superada a fase nitidamente empiricista dos estudos de comunidade, de caráter localista, apresentavam contornos puramente estruturais. Assim, o documento denota um momento de transição na produção teórica nas ciências sociais.⁹

Congregando acessibilidade de linguagem e rigor metodológico, cuja estrutura se aproxima do método de análises de conjuntura gramsciano¹⁰, a produção e a elaboração do documento cumpriam duplo propósito, como partes do mesmo processo de engajamento político pela transformação da realidade social: por um lado, apresentar uma análise de conjuntura alicerçada em indicadores e dados de economia política, sócio-demográficos, urbanos, econômicos, políticos, culturais e ideológico articulados dialeticamente; por outro, subsidiar e instrumentalizar teoricamente grupos que se propunham projetos de transformação social, enraizados em práticas dos Movimentos Sociais Urbanos, representados, particularmente, pela ação de grupos de pastoral popular, cuja expressão sócio-religiosa é representada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).¹¹

A análise de conjuntura centra-se no estudo das condições de vida da cidade de São Paulo enquanto espaço privilegiado de concentração de riqueza e propriedade de capital. Em São Paulo, enquanto espaço urbano em formação, tem-se uma espécie de

⁹ Esse documento é citado no relatório de avaliação do CEBRAP realizado pelo comitê avaliador da Fundação Ford como sendo um dos melhores trabalhos sobre análise do modelo de desenvolvimento no Brasil produzido por este centro de pesquisa. CEBRAP (1986). *Evaluation Report. The Ford Foundation Brazil Office*, Parati, Rio de Janeiro, dez., p.76-77.

¹⁰ Conforme Gramsci (1978, p.38-51), os elementos de observação empírica para análise de conjuntura "(...) devem situar-se em vários graus de relações de forças a começar pelas relações de forças internacionais (...), passando em seguida às relações sociais objetivas, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos dentro do Estado) e às relações políticas imediatas". As situações a serem consideradas na análise de conjuntura passam pela análise articulada dialeticamente entre: a situação internacional; os componentes da sociedade civil ligados à estrutura econômica (dinâmica social-demográfica) e às relações das forças políticas (quais sejam, situação econômico-corporativa, situação sócio-ideológica, situação de ideologias políticas e criação de partidos políticos); e, finalmente, os componentes da sociedade política, isto é, a situação político-administrativa e as forças militares (de caráter propriamente militar e de caráter político-militar). A questão fundamental no método proposto por Gramsci é estabelecer, a partir de qualquer um dos momentos, dois níveis de leitura-análise: interna e externa. Procurando saturar todas as possibilidades interpretativas de cada um dos momentos e incorporando, dialeticamente, cada um dos momentos ao momento seguinte, atinge a totalidade dialética da realidade em análise, que, porque considerada dialeticamente, nunca se esgota em si mesma, mas sempre se abre para novos momentos do processo.

¹¹ Este estudo foi realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e, na apresentação, D. Paulo Evaristo Arns especifica que o documento tem uma função prática de subsidiar "(...) todos aqueles que tem uma parcela de poder na cidade (...) aos grupos de pastoral popular e todos que estão empenhados em conhecer a realidade de São Paulo e os mecanismos que comandam esta realidade e que irão refletir, debater e transformar as contribuições aqui apresentadas em um novo alento para uma ação evangelizadora e libertadora".

síntese nacional do processo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural no Brasil. Nele opera tanto a exasperação da concentração da riqueza e propriedade como o processo de formação de uma periferia urbana, proveniente das migrações regional e nacional, cada vez mais empobrecidas e carentes dos meios básicos de sobrevivência, tanto no setor de moradia e acesso aos bens e aparelhos coletivos como nas relações de produção.

É importante destacarmos que, no período em que foi elaborado o documento, o Brasil não tinha vivido o acontecimento histórico das greves do ABC paulista de 1978 e que são apresentadas na literatura como um momento histórico em que se consagram os chamados Novos Movimentos Sociais Urbanos. Com os movimentos de 1978, aparece algo novo, não dado anteriormente: "a emergência de uma nova imagem de classe", criando-se "outro campo de identificação dos trabalhadores" (SADER, PAOLI, 1986, p.53-57).¹² No entanto a transição dessa nova imagem de classe e do novo campo de identificação dos trabalhadores, inserindo o espaço de moradia e do cotidiano como espaço de luta e conquista de cidadania, já está contemplada nesse documento.

Mas o ponto central que confere força ao documento é que ele traduz a expectativa de um projeto histórico representado pela redemocratização frente ao Estado autoritário.¹³ Fugindo das tendências de unidimensionar a realidade nas perspectivas dos Movimentos Sociais que, embora enraizados na sociedade civil, não abrangem sua totalidade (aspecto que subjaz aos posteriores estudos sobre a temática), o estudo contempla como sujeitos do processo histórico em construção diferenciadas forças expressivas da realidade social que interagem dialeticamente.¹⁴

¹² Ver observações que Sader, Paoli (1986, p.58) fazem ao trabalho de K. Munakata sobre as greves do ABC paulista. Criticando a abordagem jornalística que trata os trabalhadores como fator de produção, Munakata institui uma nova representação das classes sociais na temática dos Movimentos Sociais.

¹³ Fernando Henrique Cardoso, em 1980, no texto **Autoritarismo e Democratização**, amplia o conceito de democracia, indicando o termo "democratização substantiva". Diz Cardoso (1980, p.20-22) que com essa expressão quer indicar "(...) que não se trata de buscar fórmulas e modelos políticos a nível da organização dos Poderes, nem de postular um liberalismo condicionado, como no caso brasileiro, pela falta de autênticos liberais e por uma situação de desigualdade social que o corrói. Trata-se de tarefa anterior à definição de formas de governo e controle partidário, que insista sobre o direito à participação, à crítica e ao controle por parte dos indivíduos nos distintos planos da sociedade". O problema básico é o de "(...) buscar fórmulas de controle e regulamentação popular para as políticas que afetam o interesse geral. Este controle, no mundo moderno, depende da quebra do sigilo e do monopólio da informação, do aumento do grau médio da instrução do público e da criação de mecanismos de participação que, sendo controladores, não prejudiquem a eficácia necessária para que a Empresa e Administração enfitem os problemas sociais e econômicos. Não se trata, obviamente, de substituir a luta de classes por uma panacéia de 'participação indeterminada', mas de criar as arenas e o clima de liberdade que permitam aos trabalhadores, aos assalariados em geral, aos sindicatos, às organizações culturais, religiosas e políticas exercer sua ação transformadora" (p.20-22).

¹⁴ Em particular, ver o Capítulo 5, **Trabalhadores, Cidadino e Cidadãos**, do documento São Paulo 75: **Crescimento e Pobreza** (CAMARGO, 1976).

A idéia de construção de um **projeto de sociedade**, com força de **projeto histórico** viável em determinada conjuntura, é o que se delineia nessa perspectiva teórico-analítica. Com isso, as práticas de grupos e setores organizados da sociedade adquirem significado mais abrangente,¹⁵ uma vez que essas práticas se situam frente às possibilidades de construção de outra ordem econômica, social e política. O estudo aponta um tipo de sociedade que, diante das possibilidades conjunturais perante um Estado autoritário, se constitui na conquista de uma democracia representativa e de uma economia distributiva.

O projeto de democracia substantiva supõe a permanente presença da sociedade na gestão do Estado via seus movimentos organizados. No plano econômico, a proposta é a do uso social da propriedade, mais distribuição de renda e taxação sobre heranças.

As propostas contidas no documento correspondem às possibilidades histórico-conjunturais da época frente a um Estado autoritário. Nesse sentido é que podemos conferir às suas propostas caráter de universalidade diante das possibilidades que se apresentavam na época para o estabelecimento de outra ordem econômica, política e social no Brasil.

Mas essa característica de produzir um quadro explicativo da conjuntura e, ao mesmo tempo, servir de instrumental teórico para transformação da realidade perde-se no conjunto dos estudos posteriores sobre os Movimentos Sociais, que, afastando-se da perspectiva da práxis histórico-social, permanecem ou num nível teórico-formal ou empírico de explicação da realidade dos Movimentos Sociais.

1.2 - Precedentes dos Novos Movimentos Sociais

Compondo uma vasta literatura desenvolvida na América Latina e no Brasil que, nas décadas de 70 e 80, tentou analisar e explicar a emergência dos Movimentos Sociais Urbanos, Calderón (1987, p.193-195) explicita que, na década de 60, as produções sociológicas realizavam interpretações estruturais da sociedade latino-americana relacionadas com o desenvolvimento econômico e com a consolidação do capitalismo nesses países. As explicações das teorias clássicas da modernização, da marginalidade e da dependência exigiam um critério de análise calcado na racionalidade lógica de sentido totalizante.

Calderón (1987, p.192) trabalha com a hipótese de que, até a década de 70, as explicações da realidade giravam em torno "(...) da evolução da sociedade tradicional para a sociedade moderna, e o desenvolvimento é concebido como o destino lúcido da ação racional vitoriosa". Desse modo, a conflitividade social produzida pelo modelo de desenvolvimento econômico e industrial era situada na esfera da irracionalidade, e as manifestações populares eram vistas como "reflexos voluntaristas", determinadas seja pela ordem econômica ou estatal, seja pela ação partidária.

¹⁵ Como, por exemplo, a rearticulação das associações de bairro e de outras organizações de caráter reivindicativo.

Considerando o Estado como produtor da sociedade e as ações ou práticas organizadas da sociedade civil como subordinadas aos partidos políticos, o conjunto dessas abordagens estruturais

"(...) percebeu e analisou os Movimentos Sociais de modo secundário. As análises de estrutura e de sua racionalidade recobriam o cenário social da realidade latino-americana. Talvez as análises não pudessem (ou não quisessem) compreender o conjunto complexo, gelatinoso, ambíguo e criativo das relações sociais e suas mútuas interações e, com elas, as capacidades de ação da sociedade sobre si própria. Talvez os movimentos sociais tenham sido percebidos, de modo latente, implícita ou subconscientemente, como o "irracional", o inexplicável (CALDERÓN, 1987, p.195).

Frente a esses critérios de racionalidade das análises estruturais da sociedade e do processo de seu desenvolvimento nas teorias clássicas, os Movimentos Sociais eram tidos como "reflexos voluntaristas", como o "irracional", o "inexplicável", visto que fugiam dos esquemas tradicionais de explicação das contradições e dos conflitos sociais, baseados fundamentalmente na dimensão estrutural da luta de classes. Assim é que o interesse dos teóricos em ciências sociais para a ação coletiva e para os Movimentos Sociais só teria ocorrido face à "visibilidade objetiva e conflitividade social" que representavam as práticas coletivas de reivindicação e organização de diferentes grupos e setores das camadas populares.

Assim, o esforço teórico das ciências sociais frente à crise dos paradigmas dominantes, ao enfrentar a temática dos Movimentos Sociais, procura encontrar nas práticas coletivas que se fazem "visíveis" os elementos novos de gestação de novos atores históricos, ou, como fala Sader (1988, p.17), de novos padrões de ação coletiva que permitem falar da "emergência de novos sujeitos políticos". A construção teórica nas ciências sociais que, particularmente na década de 80, reflete essa perspectiva analítica manterá hegemonia epistemológica e metodológica no privilegiamento da área temática dos Movimentos Sociais como forma de enfrentar a crise dos paradigmas clássicos em ciências sociais, como o das classes sociais.

Embora cronologicamente o documento **São Paulo 75: Crescimento e Pobreza** inaugure a valorização dos Movimentos Populares Urbanos no contexto de transição do autoritarismo para a democracia no País, ele pode ser referido, em termos teóricos, metodológicos, epistemológicos e políticos, como contraponto, no Brasil, ao marco paradigmático dos denominados Novos Movimentos Sociais como sintetiza Calderón e que alcança hegemonia analítica nos estudos tanto nacionais como latino-americanos.

Afastando-se de riscos maniqueístas de interpretação da realidade, o documento **São Paulo 75: Crescimento e Pobreza** não contrapõe o "racional" ao "irracional" nem busca explicar o "inexplicável", visto que sua preocupação não se limita a centrar, como componente analítico, o binômio papel do Estado *versus* contradições da sociedade. Ou seja, ao abordar as formas particulares de organização da sociedade conhecida como Movimentos Sociais, o documento analisa a realidade social na relação conjuntura/estrutural.

A dimensão de totalidade do real da sociedade capitalista em consolidação no Brasil que se faz presente nas análises do início da década de 70 dissipa-se nos estudos que

avancam nas décadas de 70 e 80. Esses estudos sobre os Novos Movimentos Sociais tendem a diluir, ao nível da cultura política, a problemática das contradições internas que ocorre nesses espaços de participação social. Com isso, deixam de considerar como instância significativa de análises a mediação das múltiplas determinações, mediação esta que deve ser considerada na articulação dialética entre o sócio-demográfico, a distribuição de renda, o desemprego, as políticas urbanas (incluindo a séria questão da especulação imobiliária no espaço das periferias urbanas) e as dimensões político-ideológica e cultural.

A fim de tornar claro o distanciamento teórico que caracteriza essas duas vertentes analítico-explicativas sobre os Movimentos Sociais Urbanos, destacaremos os argumentos e ponderações centrais da hipótese dos Novos Movimentos Sociais.

2 - A hipótese dos Novos Movimentos Sociais

Apresentando diversidade de enfoques, tematizações, variações do nível e teor crítico-analítico entre os autores, fica evidente nos diferentes trabalhos e estudos que a hipótese dominante para análise dos chamados Novos Movimentos Sociais é justamente o qualificativo da "novidade".

Seguindo influência dos estudos a nível internacional, os estudos refletem a necessidade de delimitar, contraponto, os movimentos sociais datados das décadas de 70 e 80 aos de classe, como os sindicais, existentes em período anterior. Essa delimitação é qualificada de "nova" (CALDERÓN, JELIN, 1987) no seu interesse e significado analítico, uma vez que eles colocariam uma nova problemática para discussão, cujos efeitos estariam postos diante da perspectiva de criação de uma nova sociedade (VIGEVANI, 1989, p.94) que geraria "transformações profundas na lógica social" (CALDERÓN, JELIN, 1987, p.77).

Gunder Frank e Fuentes (1989) e Vigevani (1989) estabelecem um contraponto à hipótese da "novidade" dos Movimentos Sociais. Para os primeiros, o contraponto está explicitado na primeira tese: "Os 'novos' MS não são novos"¹⁶. Partindo de outra perspectiva do significado dos "novos", esses autores contrapõem à tese da novidade,

¹⁶ G. Frank e Fuentes (1989, p.19-20), por exemplo, refletem essa preocupação em formalizar a distinção dos "novos" com o que seriam os "velhos" Movimentos Sociais. Essa distinção integra o conjunto de 10 teses sobre os Movimentos Sociais, que são assim sistematizadas: "1. Os "novos" MS não são novos; 2. Os MS demonstram muita variedade e mutabilidade, tendo em comum a mobilização individual baseada num sentimento de moralidade e (in)justiça e num poder social baseado na mobilização social; 3. A força e importância dos MS é cíclica; 4. Há uma diferenciação na composição de classe no Ocidente, Sul e Leste; 5. Há muitos tipos de MS; 6. Os MS são agentes importantes de transformação social; 7. Os MS são agentes e reintérpretes do 'desligamento' do capitalismo contemporâneo e da 'transição para o socialismo'; 8. Alguns MS têm militância em comum e realizam coalizões; outros têm conflitos e competem entre si; 9. Qualquer receita, agenda, estratégia ou tática vinda de pessoas (ou intelectuais) estranhos aos MS são irrelevantes; 10. Os MS servem para ampliar, aprofundar e redefinir a democracia tradicional do Estado político e a democracia econômica para uma democracia civil numa sociedade civil" (1989:19-20).

enquanto qualificativo, a cronologia e o espaço-temporalidade histórica. Nesse sentido, aqueles que hoje são denominados "novos", que são os movimentos camponeses, de comunidades locais, étnico e nacionalistas, religiosos, de mulheres, não são "novos", visto que remontam "a séculos, até milênios, em muitos lugares do mundo." Por outro lado, os considerados clássicos, ou "velhos", como os movimentos das classes trabalhadoras e sindicais, é que são realmente novos, pois se constituem em fenômenos transitórios relacionados com o desenvolvimento do capitalismo. Para esses autores, os "novos" efetivamente seriam aqueles que "(...) respondem às necessidades que foram geradas mais recentemente pelo desenvolvimento mundial e que ameaçam a subsistência e bem-estar" como os pacifistas e os ecológicos e/ou verdes (FRANK, FUENTES, 1989, p.19-21). Vigevani (1989, p.131), por outro lado, considerando o qualificativo "novo", diz que sim, que essas "novas" formas societárias se contrapõem às formas tradicionais de luta e organização social, visto proporcionarem a consciência dos direitos e cidadania aos setores populares. Mas, "(...) disto ao reconhecimento da potencialidade de criação de uma nova perspectiva de organização da sociedade, há uma distância que necessita ser preenchida".

Permanecendo dentro do paradigma, Sader e Paoli (1986, p.60) precisam: o "novo" é datado, são os movimentos sociais, as lutas múltiplas que emergiram pós 78 no Brasil. A promessa desses "Novos" Movimentos Sociais salientados nas pesquisas da década de 80 "(...) tira de cena os atributos de alienação e heteronomia".

Os chamados Novos Movimentos Sociais são caracterizados como pequenos espaços de participação social ao nível da vivência cotidiana de resistência particularmente das classes populares, nos quais são construídas novas identidades coletivas no âmbito de uma cultura crítica, cujos princípios se centram em autonomia, livre organização, autogestão, democracia de base, autogoverno, solidariedade, desalienação, direito à diversidade e respeito à individualidade (SCHERER-WARRER; KRISCHKE; TELLES; CALDERÓN, 1987).

A referência básica à novidade dos Movimentos Sociais diz respeito a alguns pontos básicos quais sejam: na relação com o Estado; na composição social; na autonomia; na interação com os agentes, em que a Igreja é considerada como agente privilegiado¹⁷; e no alcance da ação frente a objetivos imediatos ao caráter organizativo.

O cotidiano enquanto instância imediata da realidade é enfocado em diferentes níveis ou dimensões:

- econômico, enquanto espaço em que se estabelece a relação produção/reprodução como componente estrutural da sociedade capitalista (LOJKINE, 1985/1986). Enquanto tal, é considerado espaço de exclusão econômica e social, de carência de meios de subsistência. Nesse sentido, as primeiras estruturas organizativas, as

¹⁷ Os agentes são considerados aqueles intelectuais, profissionais como advogados, engenheiros, padres, religiosos ou religiosas, que, por opção própria e de forma especial, sem remuneração ou ligação institucional (fora os da Igreja), atuam para "motivar", "organizar" e "subsidiar" os Movimentos Populares. A literatura refere-se a essa categoria de sujeito social como "atores sociais diferenciados, articuladores sociais" (JACOBI, 1990, p.231); "animadores sociais" (KRISCHKE, 1988, p.3); "elementos culturais intermediários" (RIBEIRO, 1991, p.105).

primeiras lutas e mobilizações populares "(...) nascem literalmente da necessidade" (EVERS, MULLER-PLANTENBERG, SPESSART, 1985, p.132);

- político, enquanto possibilidade de intervenção na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes e em que atuam os mecanismos de poder no confronto entre Estado e sociedade;
- cultural, enquanto expressão de novas identidades e representações em que se forma uma nova cultura de base ou na internalização de uma cultura crítica, centradas nas questões de qualidade de vida, práticas democráticas e participativas.¹⁸

Com relação à participação das classes populares como sujeitos históricos privilegiados nos Movimentos Populares, cujo traço inovador seria a espontaneidade e o senso de justiça como garantia de independência das elites e dos partidos, Cardoso (1984, p.224) já chamava atenção de que, para a literatura da temática, os movimentos populares eram apresentados como instrumentos políticos novos por três razões: porque questionam o Estado autoritário, obrigando a uma democratização; porque fazem reconhecer a presença dos oprimidos; e porque, como novos atores políticos, se colocam ao lado dos partidos e sindicatos, renovando-os, uma vez que têm a capacidade de intervir automaticamente na correlação de forças.

Encontramos em Scherer-Warren e Kriskhe (1987, p.14) a especificação de que o movimento popular se constitui de "(...) práticas inovadoras com rompimento de toda a tradição política, autoritária, elitista e corporativa que só concedem aos trabalhadores espaço tutelado e subordinado". Assim, os Movimentos Sociais, tendo nas classes populares os sujeitos históricos e no espaço do cotidiano a delimitação da temporalidade histórica, constituem-se pela "(...) conquista de direitos sociais, construção de um sistema de igualdades e consolidação de uma cidadania popular".

A hipótese central a partir da qual evolui o paradigma é a de que os Novos Movimentos Sociais, na sua diversidade e complexidade, seriam os portadores de uma nova ordem social (CALDERÓN, 1987, p.196). Para alguns autores, essas "novas" formas organizativas estariam embuídas de um certo caráter redentor, realizando um particular projeto de mudança global, como era atribuído, por exemplo, às Comunidades Eclesiais de Base.

Scherer-Warren (1987a, p.41-42) considera as CEBs como um modo particular de organização social que foge ao tradicionalismo, inserindo-se e influenciando em praticamente todas as demais formas de organização: no movimento urbano, no rural, no sindicalismo, nos grupos de mulheres, de jovens, etc. Souza Lima (1982, p.51-52), por seu

¹⁸ Ruth Cardoso (1984, p.215-239) diz que o traço inovador que caracteriza os Movimentos Sociais na década de 70, face aos populismos, "(...) é a sua espontaneidade e seu senso de justiça que garantem ao mesmo tempo sua independência das elites e dos partidos e a justeza de suas demandas, decididas entre iguais". Mais adiante, Cardoso (1984, p.235-237) diz que os Movimentos Sociais, vistos na sua "(...) face reivindicativa não são capazes de grandes transformações, mas constituem-se como expressão de **nova identidade** no jogo político". Isto porque o que une os setores excluídos não são as questões econômicas (a "exigüidade de recursos"), mas um "**sentimento**" em que a "(...) comunidade é percebida como uma experiência de igualdade" e que "(...) esta ideologia comunitária garante autonomia para os grupos mobilizados(...) (grifos nossos)".

turno, considera que nas Comunidades Eclesiais de Base se constitui um espaço em que se denota a "ausência de estruturas alienantes", constituindo-se num "agente para a libertação da opressão global e estrutural". Jacobi (1990, p.234-235) também é explícito na supervalorização das CEBs como consolidadoras dos movimentos populares, propulsoras do crescimento do processo de conscientização do povo. A Igreja é identificada por JACOBI como "porta de entrada e suporte institucional" da organização de bairro (p.230).

Nesse sentido, a atuação dos agentes vinculados à Igreja Católica é considerada por todos os estudos, mesmo os mais críticos, como agente substantivo, senão como sujeito constitutivo, para a formação e expressão do processo de construção de identidades dos Novos Movimentos Sociais no Brasil, a partir da década de 70.

Krischke (1987, p.283) oferece-nos uma visão do pensamento dominante entre os teóricos dos Novos Movimentos Sociais sobre qual seria a importância da atuação das CEBs. Segundo este autor o fato é que elas participam

"(...) de um duplo processo de construção de identidades, processo esse simultâneo e complementar. De um lado, tais comunidades realizam uma reforma religiosa interna à Igreja, que institui os participantes como atores sociais dotados de uma identidade religiosa renovada — que é ativa e não passiva, pois se fazem responsáveis por sua própria ordem de valores, interagindo em condições de igualdade com os demais participantes (e às vezes inclusive com o clero). De outro lado, as CEBs atuam também como mediações entre a reforma da Igreja e as transformações sociais, ao suscitarem motivações e atitudes para a ação social, que estimulam os participantes a construírem identidades políticas autônomas e democratizantes — na reflexão e atuação que tendem a realizar com outras pessoas, acerca dos problemas circundantes e das formas e meios para solucioná-los."

Essas afirmações precisam ser confrontadas no campo teórico com os documentos oficiais da Igreja pós-Puebla, que mostram o movimento de retração da Igreja face ao social.¹⁹

¹⁹ Não podemos pensar a ação pastoral político-social de setores da Igreja Católica sem o referencial doutrinário. Por isso, se nas décadas de 60 e 70 as Conferências de Medellín, em 1968, e de Puebla, em 1979, junto com importantes estudos sobre a Teologia da Libertação, influíram para renovadas práticas pastorais de setores progressistas da Igreja, no caso as CEBs, na década de 80 ocorreu um refluxo dessa inserção. O documento **Instruções sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação**, lançado em 1984 pela Sagrada Congregação para Doutrina da Fé, pelo Cardeal Ratzinger, e o documento **Instruções sobre a Liberdade Cristã e a Libertação**, escrito pelo Papa João Paulo II em 1986, que, além de instruir e condenar a Teologia da Libertação, anuncia os "castigos" aos membros do clero e/ou religiosos(as) que seguirem essas orientações, certamente terão pesado para o retrocesso que se verifica na chamada Igreja Libertadora dos anos 70. Ver, por exemplo, entrevista com o Cardeal Arns (1992) na revista **Isto É**, em que ele defende e apoia o movimento dos pentecostais católicos. Ao mesmo tempo em que reafirma que "(...) a religião deve ser uma coisa muito consciente. Não pode ser imposta nem praticada em massa", Don Arns defende as práticas massivas de religiosidade: "No dia de Pentecostes vamos lotar o Morumbi, em São Paulo. A diferença é que todos virão por livre e espontânea vontade (...) deixando-se os 180 mil católicos dirigirem-se livremente (sic)". A nossa admiração é que essas afirmações partem da mesma pessoa que, na apresentação do documento **São Paulo 75: Crescimento e Pobreza**, defendia que é em pequenos grupos de base que os cristãos vivem sua fé e refletem no sentido da transformação social.

Esse caráter redentor que a grande maioria dos trabalhos atribui às CEBs é interessante, principalmente se considerarmos que, ao longo da década de 80, foram produzidos muitos textos críticos sobre os Movimentos Sociais, no entanto em nenhum deles se denota um momento de crítica ao papel real da Igreja, mesmo de setores mais progressistas que se faziam presentes no movimento popular. Por exemplo, em nenhum momento são considerados os significados e as conseqüências da vinculação estrutural das CEBs com a estrutura hierárquica e hierocrática da Igreja Católica e nem mesmo o teor ideológico dessa inserção.²⁰

Se, num primeiro momento, esses espaços de participação são referidos às novas formas de organização e estratégias de lutas dos trabalhadores urbanos desde o espaço de moradia e das lutas de camponeses, a referência ao "novo" amplia-se, abrangendo outras formas de organização e luta que passam pelo nível das representações, assumindo a dinâmica ideológica ou de interesses específicos, sem delimitação espacial e de classe. Aqui, a referência é para os grupos ou organizações de caráter cultural, étnico, de gênero, pacifistas, ecológicos, etc. Contudo mesmo a esses são atribuídas as características básicas que identificam os Novos Movimentos Sociais. Em especial a própria forma organizativa, a especificidade de objetivos e luta, constituiria, por si, uma novidade histórica.

Quanto à composição social, os estudos sobre os movimentos populares de caráter reivindicativos frente às necessidades básicas salientam seu caráter classista: seus participantes são identificados como originários das classes baixas. Calderón (1987) considera, porém, que a atual tendência é a de considerar o caráter policlassista dos Movimentos Sociais, principalmente os que não têm por fins interesses particularizados, mas abrangentes a toda a sociedade, como, por exemplo, os movimentos ecológico, de mulheres, de direitos humanos, pacifistas, etc. Se os primeiros têm nas classes baixas os "sujeitos privilegiados", cujos adversários são o Estado monopolista e o sistema econômico, os segundos, com base culturalista, tendem a fins universais.

Mas a condição *sine qua non* dos Movimentos Sociais, no dizer de Frank e Fuentes (1989, p.34), e que subjaz na maioria dos estudos, é a autonomia frente ao poder estatal:

"(...) a maioria destes movimentos se mobiliza e se organiza independentemente do Estado, de suas instituições e dos partidos políticos. Não consideram que o Estado ou suas instituições, e particularmente se integrar ou militar nos partidos políticos, sejam as formas adequadas para alcançar suas metas" (p.36),

uma vez que os movimentos comunitários locais buscam para si desenvolver "uma democracia mais participativa e de base e uma autodeterminação de baixo para cima" (p.34). Uma das idéias desses autores, e que se reflete no pensamento nacional, é a de

²⁰ Nesse sentido, são importantes os estudos de Romano, (1979), Grolli (1988), Trein (1990) e, particularmente quanto ao teor ideológico de espaço de submissão que a Igreja engendra, ver Legendre (1983). Sobre o significado do espaço da Igreja como instituição, ver Medina e Oliveira, 1973.

que a institucionalização dos Movimentos Sociais significa sua morte enquanto tal, uma vez que eles passam a atuar em outras instâncias de poder.²¹

Ademais, denotam-se uma forte tendência classificatória e um enquadramento a esquemas formais nas conceitualizações sobre os Movimentos Sociais, como para assegurar-lhes elementos substanciais a partir dos quais adquirem externalidade, visibilidade e objetividade na ordenação dos meios em vista dos fins propostos. Essa tendência classificatória, intensa na literatura internacional, reflete-se nos estudos aqui considerados, servindo de parâmetro conceitual significativo, o que explicaria uma certa homogeneização analítico-interpretativa.

Os estudos nacionais sobre Movimentos Sociais seguem a tendência classificatória internacional no sentido de ater-se metodologicamente a um formalismo teórico para caracterizar e especificar a natureza dos Novos Movimentos Sociais. Essa necessidade, visível na maioria dos estudos, revela a tendência a não superar os reducionismos conceituais tão próprios das teorias próximas ao funcionalismo. A identificação de componentes básicos não é homogênea em conteúdo, mas aproxima-se na forma.

Por exemplo, para Calderón (1987, p.201-202), os Movimentos Sociais constituem-se numa estrutura formalmente reconhecível na sua externalidade a partir de três campos de desenvolvimento: da

"(...) estrutura participativa como decorrência de sua própria finalidade e experiência de organização e de luta; uma temporalidade definida (...) por sua ação frente ao sistema de relações históricas, desenvolvendo-se de modo unilateral e heterogêneo no espaço, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região".

Scherer-Warren (1987, p.13), por sua vez, classifica a compreensão dos Movimentos Sociais a partir

"(...) da natureza de sua ação para transformação; da natureza de sua dinâmica (da práxis); de sua proposta de transformação (seu projeto); dos princípios que orientam esta proposta (sua ideologia); e dos condutores do movimento (sua direção ou organização)".

Um item de investigação é até que ponto a pretensão de ruptura com esquemas formais nos estudos sobre os Novos Movimentos Sociais se efetiva quando, por exemplo, encontramos, numa formulação estrutural-funcionalista de tendência parsoniana como a de Smelser (PASQUINO, 1989, p.274-278), a mesma tendência classificatória da ação social que caracteriza os Novos Movimentos Sociais. Estes são identificados a partir de quatro componentes básicos:

²¹ A idéia desse "autonomismo" é criticada por exemplo, por Fernando Henrique Cardoso (1988, p.463), que diz que a forte rejeição do Estado e a exclusão dos partidos, que passam a ser vistos como força institucionalizadora e, nessa medida, peça de engrenagem do Estado, estão disseminadas entre os ativistas dos movimentos sociais "(...) em sua versão mais radical junto com a visão reformadora que propõe a Nova Utopia. Existe, na formulação radical deste tipo de teoria democrática, uma fusão entre o anarquismo leigo e o solidarismo cristão".

"(...) 1) as metas gerais, ou valores, que servem de guia ao comportamento social orientado em direção a um fim; 2) as regras que governam a perseguição de tais propósitos baseadas em normas; 3) a mobilização da energia individual para conseguir os fins estabelecidos dentro da estrutura normativa; e 4) as facilidades que o agente utiliza como meios, compreendendo o conhecimento do ambiente, o poder de prever as consequências da ação além das habilidades e meios".

Ainda em Wilkinson (apud AZEVEDO, PRATES, 1991, p.125), os Movimentos Sociais são classificados a partir de "empenho coletivo deliberado" com um "grau mínimo de organização" e um "compromisso com a mudança, fundado na vontade consciente, no compromisso normativo e na participação ativa".

Por outro lado, a identificação dos Movimentos Sociais em pautas tipológicas, como fazem Camacho (1987), Scherer-Warren (1987a), Ribeiro (1989), Calderón e Jelin (1987), Frank e Fuentes (1989), ao mesmo tempo em que clarifica o significado das especificidades de meios e fins, remete à dificuldade apontada anteriormente de ordem conceitual.²² No entanto são essa mesma dificuldade e tipologia que contribuem para a compreensão do que se quer significar quando é dito que os Movimentos Sociais seriam agentes de transformação social.

Sintetizando o processo teórico-analítico de constituição dos Novos Movimentos Sociais, podemos dizer que eles se caracterizam por um modelo classificatório explicativo-conceitual que busca abarcar teoricamente a diversidade, a heterogeneidade e a pluralidade de fins, objetivos e metas, estratégias de ação, composição social e articulações desses Movimentos Sociais.

Por fim, podendo ser indicada como uma síntese teórica do enfoque que essa vertente analítica confere aos Movimentos Sociais e que se tornou hegemônica nas duas últimas décadas, valemo-nos das palavras de Calderón (1987, p.197-201), segundo o qual essas formas de organização da sociedade ou de ação coletiva "(...) apontam para a emergência de uma nova ordem social democrática e a elaboração de novas formas de pensar a realidade, a política e o desenvolvimento". Ou seja, baseados nas relações sociais que ressurgem, introduzem

"(...) culturas cotidianas de uma nova espécie, que modifica a vida das pessoas: hábito, costumes, valores, etc. Por isso tudo, os Movimentos Sociais podem ser considerados os motores da História" (CALDERÓN, 1987, p.203).

²² A título de exemplo: Camacho (1987, p.235-236) estabelece a classe como critério de classificação. Os movimentos classistas são os de operários, de camponeses, de camadas médias, os patronais; os movimentos pluriclassistas são os de professores, bancários, profissionais médios, além dos estudantes, juvenis, feministas, ecológicos, pacifistas e religiosos. Calderón e Jelin (1987, p.82), ao destacarem as áreas temáticas dos Movimentos Sociais, apresentam a seguinte tipologia: da condição operária; da qualidade de vida, consumos coletivos e movimentos urbanos; do campesinato; dos direitos humanos; de gênero; de jovens; da guerra e da política. Ribeiro (1989, p.90-126), analisando os Movimentos Sociais no espaço do Rio de Janeiro, tipifica o movimento feminista, o movimento negro, o de bairros, de favelados, o operário e o dos trabalhadores rurais.

Remontando a idéia do distanciamento de ordem teórico-metodológica e política das duas vertentes que informam a gênese dos Movimentos Sociais, deparamo-nos nessa nota conclusiva de Calderón com a sofismável conclusão de teor universal que cristaliza e absolutiza a particularização do dado cultural.

Os estudos centrados na hipótese da "novidade", em vez de, partindo da realidade imediata, buscarem as mediações intervenientes nas múltiplas determinações e, com isto, abrirem a possibilidade de nova construção do real a partir da superação das contradições que se inscrevem na determinação de realidades particulares, universalizam o dado particular que se realiza ao nível da cultura política.

Dito de outra forma, na perspectiva de Kosik (1976): ao invés de, partindo da pseudoconcreticidade que é dada na imediatez do real, buscar a concreticidade, ou seja, as múltiplas determinações que se estabelecem como mediação, e, aí sim, abrir para a transparência do real, a tendência geral dos estudos sobre os Movimentos Sociais centrados na hipótese da novidade é a de considerar o espaço da pseudo-concreticidade (ou seja, do fenômeno no espaço de uma cultura política) como o da própria concreticidade (ou seja, a realidade mediada nas múltiplas determinações).²³

Por isso, reduzindo metodologicamente o universal ao dado particular, o paradigma analítico dominante nos estudos sobre os Movimentos Sociais Urbanos tende a centrar a análise ao nível mais fenomenológico, sem evoluir em propostas de projetos sociais mais amplos viáveis em determinadas conjunturas, o que as torna vulneráveis a ponto de incorrerem no risco dos reducionismos da realidade social a que se referem Silva e Ribeiro (1985, p.334).

No espaço teórico de tematização dos Movimentos Sociais Urbanos, o descolamento com o real e a postura metodológica redutiva ao plano de uma cultura política podem estar na origem da crise dos Novos Movimentos Sociais, mais, no entanto, ao nível explicativo do que da efetividade histórica. Ou, como diz Abreu (1992, p.11), "Hoje, ser revolucionário é também questionar os paradigmas que não permitiram o desenvolvimento de um processo emancipatório", se tomarmos o emancipatório como componente do anunciado potencial de transformação social que a hipótese da novidade traz embutida.

A fim de sugerirmos esse caminho crítico, consideramos importante uma breve incursão pelos argumentos da crise dos Movimentos Sociais Urbanos, para, no primeiro momento, entender o teor dessa crise e, em seguida, retornar à hipótese e verificar se, do interior de seus argumentos, a crise já não é anunciada sem que os aspectos conflitivos e substantivos da realidade dos Movimentos Sociais Urbanos tenham sofrido esgotamento nem temático nem histórico-efetivo.

²³ O livro *São Paulo: o Povo em Movimento* (SINGER, BRANT, 1980) serve de exemplo dessa "guinada" teórica, principalmente porque é um dos primeiros trabalhos significativos sobre o tema. Cumpre destacarmos, inclusive, sendo os dois trabalhos encomendados pela Arquidiocese de São Paulo, a mudança de significado expresso nos títulos: no documento de 1975, *Crescimento e Pobreza* expressam categorias sociológicas de forte conteúdo econômico e político; *Povo em Movimento* restringe a significação ao nível sócio-religioso.

3 - Crise dos novos movimentos sociais

No momento atual, é forte a tendência de acentuar que os Novos Movimentos Sociais estão vivendo um momento de "crise", de "refluxo" ou de "perda de dinamismo e visibilidade" (JACOBI, 1990, p.22), uma vez que nem as expectativas dos agentes nem as dos grupos de interesse se realizaram, não sendo mais considerados como "potenciais agentes de transformação" (JACOBI, 1987a). Telles (1988, p.248) reflete muito claramente que a literatura expressa um sentimento de "mal disfarçada decepção" frente às utopias dos Movimentos Sociais nas décadas de 70 e 80, cujos projetos não se realizaram.

"Ao contrário do otimismo dos primeiros tempos, em que muitos viram neles uma promessa de futuro, hoje não são poucos os que apontam seus limites e, alguns, até mesmo sua inviabilidade política: o localismo de práticas que se esgotam numa rotina de pressão sobre os órgãos públicos para o atendimento de reivindicações específicas; a fragmentação de interesses e a primazia de uma noção corporativa de direitos; o seu isolamento num certo tipo de comunitarismo que não os impede de se abrirem às manipulações populistas do Estado; a afirmação de um basismo que tem como contrapartida a recusa das formas de representação política e uma visão instrumental das instituições" (TELLES, 1988, p.247).

Essa crise, que se manifesta como crise de visibilidade, tem sido explicada por diferentes fatores. No plano teórico, pela tese do ciclo vital (JACOBI, 1987a, p.20). Partindo da tese do fluxo e refluxo dos Movimentos Sociais, Jacobi descarta o momento de refluxo como momento estratégico. Segundo essa tese, "(...) o refluxo é parte constituinte dos movimentos, principalmente quando estes são analisados como integrantes de um ciclo de vida previamente determinado".

Ao contrário, Jacobi entende que, apesar do forte apelo ao plano simbólico que a experiência proporciona, o refluxo dos movimentos, mais do que integrar uma estratégia preestabelecida, faz parte do seu ciclo de vida. Assim, segundo esse autor:

"A maioria dos movimentos segue um determinado ciclo de vida, configurado pela obtenção de resultados positivos ou negativos face às demandas e pelo nível de organização e mobilização conseguido. Geralmente a obtenção dos serviços reivindicados representa o fim do movimento e somente em certas situações as lideranças conseguem manter a população mobilizada visando reivindicar pela solução de outras carências".

O ciclo de vida *modus operandi* dos Movimentos Sociais²⁴ não se desenvolve de modo homogêneo, mas segue uma determinada lógica em que "(...) o contexto deter-

²⁴ A idéia de ciclo de vida encontra uma formulação mais precisa na *Terceira Tese sobre os Movimentos Sociais*, de Frank e Fuentes, (1989, p.26-30).

mina os caminhos de negociação e interação ou mesmo de enfrentamento em situações-limite" (JACOBI, 1987a, p.21).

Nessa direção, Jacobi e Telles questionam a centralidade dos Novos Movimentos Sociais no seu potencial transformador, da democracia de base e do comunitarismo e autonomia diante de instituições e partidos.

No plano cultural, a crise dos Novos Movimentos Sociais é explicada pela multiplicidade de práticas fragmentadas, que se colocavam fins e metas diversificados, cujo alcance não ultrapassava as especificidades que permaneceram no âmbito da cultura, perdendo-se a finalidade de mudanças estruturais; no plano político, são destacadas as novas alternativas de participação política que a sociedade democrática proporciona, principalmente para aqueles agentes intermediários que se valeram do mecanismo de inserção em práticas políticas comunitárias como alternativa possível em período de fechamento político.

Existem dois aspectos que a literatura não reflete claramente na chamada crise dos Movimentos Sociais: a influência do paternalismo, portanto, autoritarismo, imposto pela atuação da Igreja nos grupos de base e a exasperação da crise econômica, marcada por uma política econômica recessiva, excludente e concentradora de renda, que, aliada à uma inflação crescente, acarreta desemprego, rebaixamento do poder aquisitivo da população e problemas de moradia. Acreditamos que uma incursão por essas mediações nos traria elementos novos para dimensionar criticamente o peso, a importância e o significado dos Movimentos Sociais, particularmente os urbanos.

O reconhecimento do alcance e dos limites dos Movimentos Sociais frustra aqueles que apostaram neles como portadores de uma novidade social capaz de levar a mudanças estruturais.

Mas a "crise" ou a "decepção" só podem ser compreendidas em relação à construção das utopias reveladas nos projetos. Por isso, nosso questionamento vai no sentido de indagar se a utopia foi construída como um momento do processo histórico em que se inserem os Movimentos Sociais ou foi uma "utopia" outorgada por setores ou agentes intelectuais que, como momento de sua inserção no processo de transformação social, tomam um momento do processo como sendo a sua totalidade, identificando na prática dos Movimentos Sociais a concretização de ideais sociais (ou, de seus ideais).

Mais do que falar em crise dos Movimentos Sociais, teríamos que colocar em discussão os projetos e utopias neles inscritos, com o que somos levados a questionar: por que os projetos de construção de sujeitos políticos possibilitadores da liberdade e da igualdade humanas inscritos nos Novos Movimentos Sociais não se realizam, conforme as expectativas? E mais, quais as perspectivas ou alternativas históricas que essas formas de práticas e organizações coletivas têm construído ao longo do processo?

Outras questões se impõem. Será que os estudos, nas décadas de 70 e 80, ao generalizarem a força dos Movimentos Sociais, não refletiam o otimismo que tomava conta de setores da esquerda engajados nas diferentes práticas populares, numa conjuntura em que tudo indicava que a conquista e a vigência da democracia seriam a solução para os sérios problemas sócio-econômicos e institucionais herdados do regime militar? Por outro lado, olhando desde a perspectiva de atuação dos Movimentos Populares, perguntamo-nos se os projetos e objetivos imediatos e mediatos que moviam, na

prática coletiva, os diferenciados sujeitos sociais (agentes intermediários como intelectuais, advogados, professores, lideranças locais, moradores das periferias, etc.) coincidiam. Será que a democracia, por exemplo, o grande anseio dos anos 70 e 80, se situava no horizonte ideológico (portanto, constituindo-se em projeto) de agentes, lideranças e população envolvida do mesmo modo, ou não seriam estes movidos senão por necessidades imediatas, como habitação, infra-estrutura básica, aparelhos sociais, equipamentos públicos, etc., permanecendo a conquista da democracia como um anseio que passava pela mediação das aspirações dos agentes, subsumindo-se, portanto, no conjunto ideológico das possibilidades de conquistar com maior facilidade os meios para satisfazer as necessidades imediatas?

Também teríamos que avaliar se o processo que se opera ao nível da consciência crítica ocorreu do modo como o discurso invoca. O que significa discutir se efetivamente houve as mudanças no universo das representações populares, ao nível das subjetividades, de modo que o mito comunitário dos movimentos populares tivesse cumprido seu caráter revolucionário enquanto símbolo das vontades coletivas,²⁵ fazendo avançar na luta, na organização e na inserção de setores populares para construção de uma sociedade mais democrática.

Então compreende-se o que sugere Jacobi (1987a) ao dizer que a novidade dos Movimentos Sociais está muito mais nas suas formas de atuação do que efetivamente no potencial de transformação. Quer dizer, a não-realização da práxis efetiva enquanto possibilidade e condição de transformação social, pela dominância das dicotomias conteúdo-forma, teoria-prática e pensamento-ação.

Nessa conjuntura de crise dos Novos Movimentos Sociais, as possibilidades de compreensão do momento atual podem ser referidas:

- a) à possibilidade de que os setores populares estejam encontrando outras alternativas de mobilização e pressão política, diferentes das décadas passadas, tendo em vista que, por um lado, a vigência efetiva da democracia política abre espaços de participação em outros canais institucionais e, por outro, que, no bojo das mudanças institucionais do processo de democratização em curso, se alteraram as dinâmicas de ação do Estado e dos partidos políticos que passaram a incorporar as demandas expressas pelos Movimentos Sociais (JACOBI, 1987a, p.18);
- b) à existência de relações de dependência, submissão e acomodação por parte dos grupos e setores populares, visto não terem sido superadas as tão decantadas tradicionais formas de paternalismo na relação agentes externos/ lideranças e grupos populares (em especial). Toda relação de paternalismo que, consciente ou inconscientemente, é estabelecida na relação entre os diferentes sujeitos sociais acarreta situações de dominação e autoritarismo, inibindo o processo decisório de base como condição para o desdobramento do processo de autonomia e maturidade político-social dos Movimentos Sociais, de base popular ou

²⁵ Relacionamos a idéia de mito ao texto *O Moderno Príncipe*, de Gramsci (1978).

não. Isso poderia ser um conteúdo explicativo de uma certa apatia em que vive a sociedade civil;

- c) sem qualquer pretensão determinista, a conjuntura de crise dos Movimentos Sociais pode ainda ser referida ao agravamento da crise econômica por que o Brasil tem passado nos últimos anos. Essa questão, mais de ordem estrutural, pode ter-se constituído em impedimento ou barreira para a manutenção de formas ou esquemas de organização, mobilização e luta nos setores populares. A crise econômica pode ser referida como um particular modo de esvaziamento dos setores populares organizados a partir de dois fatores essenciais: desemprego e falta de moradia. Nessa medida, seria interessante relacionar índices estruturais, como de desemprego, carência no setor imobiliário, achatamento salarial em todos os estratos sociais, inflação crescente, etc., com a chamada "retração" do Movimento Popular através de uma análise interna, desde a gênese do processo dos movimentos sociais até os estágios atuais possíveis de se detectarem.

Então, ao recolocar-se o problema de como se efetiva a transformação social, o pensamento sociológico tem que enfrentar o desafio de analisar e interpretar o significado da realidade conhecida como Movimentos Sociais sem cair em novos reducionismos explicativos.

4 - Vazios analíticos nas teorizações sobre os Novos Movimentos Sociais

O debate sobre os Novos Movimentos Sociais não se estabelece de forma homogênea nem isenta de discordância. Tampouco podemos falar no esgotamento interpretativo das principais questões em foco nas análises. Ao contrário, é vivo e processa-se como construção teórica e prática num processo de avanço e recuo da compreensão da realidade e de possibilidade de intervenção ativa na realidade.

Krischke (1988) refere a imperiosa necessidade de fazer a autocrítica dos estudos sobre Movimentos Sociais, apontando os problemas que permanecem em aberto. Todavia cabe o destaque de Azevedo e Prates (1991) de que a crítica em geral permanece na estria lógica do paradigma delineado pelos estudos sobre os Novos Movimentos Sociais, qual seja, da bipolarização de um espaço de cotidianidade dos cidadãos, em que os Movimentos Sociais se constituem nas manifestações "libertárias" das "classes populares", por um lado, e, por outro, na estrutura dominante do aparato estatal e da estrutura sócio-econômica.

No entanto entendemos que, à revelia de os estudos serem ou não realizados no horizonte do universo paradigmático destacado neste trabalho, muitas questões substantivas para compreender e avaliar a dialética do movimento de avanço-recuo em que os Movimentos Sociais Urbanos contribuíram para o avanço do processo de transformação sócio-estrutural não foram devidamente equacionadas. E a literatura reflete essas carências analíticas, que podemos traduzir em pautas de discussão, do mesmo modo em que as alternativas teóricas, metodológicas e epistemológicas que os estudos mais recentes apresentam nem sempre significam que os "velhos problemas" estejam sendo equacionados.

Assim, considerando que a alternativa da crise tem uma dimensão estratégica, uma vez que a temática não está suficientemente esgotada, apontaremos e comentaremos algumas questões substantivas que se transformam em pautas de discussão sobre os Movimentos Sociais, que permanecem em aberto. Segundo estudiosos do tema, até mesmo como uma perspectiva de redimensionamento da chamada "crise" dos Movimentos Sociais Urbanos acima referidos.

4.1 - Relações entre os Movimentos Sociais e o Estado

Cardoso (1984) mostra que o Estado, enquanto interlocutor privilegiado na relação, não pode ser considerado de modo monolítico como instituição repressivo-autoritária, como enfatizado em muitos estudos. O Estado tem demonstrado, como diz a autora, diversas faces no diálogo com os setores populares, com capacidade de absorver algumas de suas demandas, ao mesmo tempo em que os próprios planos públicos com fins sociais implementam políticas sociais globais que criam expectativas de demanda, por mais autoritário que seja. Ademais, as associações populares são reconhecidas pelo Estado como interlocutores, o que o torna mais flexível.

O que tem que ser avaliado na perspectiva da relação Estado/sociedade é que, se, por um lado, a sociedade se movia no sentido de forçar uma abertura do Estado, também havia a igual e imperiosa necessidade de mudanças do próprio Estado, a fim de adquirir legitimidade social, em vista dos projetos das classes dominantes que ele representa.²⁶

4.2 - Influência dos Movimentos Sociais para o fortalecimento dos partidos políticos

Durante as décadas de 70 e 80, pensou-se que os Movimentos Sociais fortaleceriam os emergentes partidos políticos, rearticulados ideologicamente findo o período de bipartidarismo. No entanto, conforme Cardoso (1984), o que se verificou foi o contrá-

²⁶ Cruz e Martins (1984) destacam com propriedade, ao analisarem a descontinuidade do Estado na pré-história da "abertura", como o fenômeno da mutabilidade e o da permanência do Estado, enquanto momentos do mesmo processo, são condições necessárias para a manutenção do poder, de tal modo que "(...) as mudanças [do regime] viabilizaram a conservação [do poder]"; um outro lembrete é como, nos governos militares, ao binômio de sustentação ideológica do Estado, Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico, é acrescido, na década de 70, Governo Geisel, o Desenvolvimento Social. Como lembra Doimo (1986) referindo O'Connor, o Estado capitalista tem que exercer duas funções básicas, geralmente contraditórias entre si: a de acumulação e a de legitimação. Tem que criar e manter as condições necessárias à acumulação do capital e, ao mesmo tempo, criar e construir as bases de legitimidade e consenso.

rio: ao invés dos movimentos fecundarem os partidos, como era previsto em função da ação dos militantes no movimento comunitário, por exemplo, o que ocorreu foi que essa atuação acabou por enfraquecer os movimentos, sem ter, com isso, necessariamente, fortalecido os partidos.

No plano fático das práticas populares, por exemplo, a hipótese do esvaziamento do Movimento Popular pela ação partidária também é referida por lideranças comunitárias.²⁷ Como a questão é bem mais complexa que a correspondência direta ação partidária—organização popular, procede a necessidade de uma reavaliação mais detalhada dessa relação.

4.3 - Autonomia dos Movimentos Sociais

Na relação direta com o item anterior, permanece na pauta de debate a questão da autonomia dos Movimentos Sociais, mas particularmente frente à possibilidade e à consequência da institucionalização. Essa discussão, que denota uma tensão permanente na contraposição autonomia versus institucionalização, tem sido o grande problema de investigação, ao pensar o papel dos Movimentos Sociais para a transformação das estruturas de dominação (JACOBI, 1987). A questão estaria assim posta: até que ponto a autonomia (ou seja, a não-institucionalização) dos Movimentos Sociais representa uma ruptura aos esquemas tradicionais de clientelismo?

Pensamos que a autonomia sempre é relativa: é relacional e conjuntural. Falar em autonomia significa necessariamente especificar autonomia frente a quem, a quê. O que assegura a autonomia a um Movimento Social? Sua não-institucionalização ou o projeto diante do qual as ações e práticas coletivas se efetivam? Por outro lado, como pensar a autonomia na estrutura das relações internas (enquanto espaço de possibilidades decisórias) e externas (na relação, por exemplo, com os chamados agentes)?

A autonomia deve ser encarada frente a diversos níveis e fatores: ao campo de relações de forças em que diferentes interesses atuam; aos agentes externos; ao Estado; e às condições sócio-econômicas e culturais, no que diz respeito às possibilidades de acesso. Essa dimensão, que amplia o conceito de autonomia, encontra-se ausente nos estudos sobre Movimentos Sociais. O conceito de autonomia, simplificado, tem sido restrito à relação-interação com o Estado e com os partidos na perspectiva da institucionalização burocrática, que significa incorporação ao aparelho do Estado ou atrelamento partidário.

A principal crítica com que nos defrontamos é a de que a questão da autonomia dos movimentos frente ao Estado tem assumido conformação ideológica, uma vez que,

²⁷ Conforme pesquisa em andamento, em depoimento de um líder da Vila União dos Operários, Canoas, RS em 14.11.92.

para autogerirem suas demandas, os Movimentos Sociais não podem voltar suas costas ao Estado (JACOBI, 1987a, p.21). No entanto caberia a pergunta se a influência da Igreja, mesmo de setores progressistas, no Movimento Popular garante maior ou menor grau de autonomia do que o Estado ou os Partidos.²⁸

A ampliação do conceito, e este é um ponto central de pauta de discussão, deve relacionar, ao nosso ver, a questão da autonomia ao campo intelectual, ao material e, particularmente, à definição de metas e objetivos. Sader (1988) abre espaço para essa dimensão ampliada do conceito de autonomia ao resgatar a relação sujeito/autonomia.

4.4 - Sujeitos dos Novos Movimentos Sociais

A pauta de que os Novos Movimentos Sociais trazem à cena a presença dos oprimidos recoloca a questão sobre os sujeitos dos Movimentos Sociais.²⁹ Cardoso (1984) lembra que a presença dos oprimidos veio sempre acompanhada pela de agentes externos, que, na articulação maior ou menor, mais ou menos democrática, com as lideranças locais, conduziam o processo. No entanto o papel e o significado dos agentes externos que, orientados por motivações basicamente ideológicas, têm exercido influência significativa na dinâmica dos movimentos e nas diferentes formas de organização popular não têm sido suficientemente estudados (JACOBI, 1987).

Silva e Ribeiro (1985, p.332), avançando, lembram que esses agentes intermediários deixam de ser analisados nas suas intencionalidades e interesses específicos, de natureza até contraditória. Desconsiderando como ponto fundamental as contradições internas aos Movimentos Sociais, não é avaliado o modo como se estabelecem as relações internas na perspectiva do poder presente nos diferentes modos de atuar entre população de interesse, lideranças e agentes externos. Com isso, não se avança na avaliação de suas potencialidades e dos limites políticos dos Movimentos Sociais face a conjunturas políticas específicas.

²⁸ Dados colhidos na pesquisa em andamento sobre o movimento popular da Vila Santo Operário, em Canoas, RS, levam-nos a colocar sob forte suspeita o papel de aliada indiscriminada que todos os estudos por nós considerados têm atribuído à Igreja, mostrando, preliminarmente, o limitado espaço de autonomia que lideranças locais e moradores tinham diante dos agentes da Igreja nos processos decisórios.

²⁹ Caberia citar Melucci (In: PASQUINO, p.278), que, pensando quem são os atores que assumem a liderança histórica dos Movimentos Sociais, detonando o conflito e iniciando o processo, diz que "(...) quem se rebela primeiro não são os grupos mais oprimidos e desagregados, senão aqueles que experimentam uma contradição intolerável entre uma identidade coletiva existente e as novas relações sociais impostas pela mudança.(...) Estes podem mobilizar-se mais facilmente porque: 1) têm experiência em participação e conhecem o procedimento e os métodos de luta; 2) já têm um líder próprio e um mínimo de recursos organizativos que provêm de vínculos comunitários ou associativos preexistentes; 3) podem utilizar redes de comunicação já existentes para fazer circular novas mensagens e novos lemas; 4) podem reconhecer mais facilmente os interesses comuns".

Por isso, vale refletir três questões, inter-relacionadas entre si:

- se a externalidade dos agentes é apenas de teor analítico, sendo que, na prática, exercem papel decisivo, constituinte-propulsor dos Movimentos Sociais de base popular;
- a relativa ao modo como se estabelecem as relações de poder e autoridade nas diversas formas de atuar e interagir da população de interesse, lideranças e agentes; e
- a difícil questão do poder decisório, ou seja, quem tem realmente poder decisório num movimento de base popular (portanto, revelador da "face dos oprimidos"), quando temos presente que a atuação dos agentes se legitima por três fatores — sócio-cultural, que passa pela posse e domínio do saber; econômico, que se refere às possibilidades concretas de vida de quem não vive as carências, o que possibilita "opções"³⁰; e político, porquanto a posse do saber lhes atribui poder de decisão central.

Procede, portanto, a indagação sugerida por Trein (1990): será que podemos falar em "povo-sujeito"? Ou seja, sem poder decisório nas instituições comunitárias, os moradores constituíram-se ao longo do processo em sujeitos do Movimento Popular? Qualquer movimento popular que se realiza sob tutela ou em dependência velada não merece ser chamado de popular (portanto, perde o *status* de autônomo). Ampliar o espaço de liberdade e conceber o conflito como momento ou instância intrínseca das relações sociais constitui-se no serviço que os agentes podem prestar ao Movimento Popular. Como o povo empobrecido também é empobrecido de saber técnico-institucional, cabe aos técnicos colocarem seu saber ao dispor do povo para que este possa realmente fazer suas escolhas e aumentar seu saber técnico do jogo político-institucional ou em outros campos do saber. Nesse processo em que o povo empobrecido aumenta seu saber, com poder de decisão, que implica critérios críticos em todas as instâncias, criam-se as condições objetivas para o emergir de uma consciência crítica.

Por outro lado, uma análise mais detalhada do papel dos agentes sociais revela que esses sofrem determinações do contexto em que vivem, ou seja, em período de fechamento e abertura política. Esse detalhamento seria revelador da dialética do poder junto às bases populares, o que poderia nos oferecer indícios significativos para compreender a atual situação das organizações populares. Quer dizer, quais seriam as implicações práticas e teórico-metodológicas de pensarmos que, em período de fechamento político, os agentes cumprem um papel de desbloqueador da ideologia dominante (TREIN, 1990, p.235). Atuam, portanto, enquanto propulsores para organização e mobilização popular, catalisando, de uma certa maneira, as aspirações populares. E, em momentos de abertura política, os agentes tendem a deixar-se subsumir pela conjuntura que se apresenta democrática, ficando o autoritarismo da própria estrutura automaticamente pertencendo ao passado. A estrutura adquire, assim, caráter impessoal, e as relações de dominação são dissolvidas na possibilidade da democracia.

³⁰ Essa possibilidade de mobilidade dos agentes fica evidente no trabalho de Dvoranovski (1989).

Com isso, o tema das contradições internas dos Movimentos Sociais necessita de um maior aprofundamento, considerada a combinação de práticas diversas, frequentemente escamoteadas pela ênfase na valorização da comunidade de interesses e nas práticas democráticas de base, levando a uma certa homogeneização das mobilizações populares (JACOBI, 1987).

4.5 - Composição social dos Movimentos Sociais

Outra questão de importante destaque é a difícil solução que a literatura sociológica tem enfrentado na questão da composição social dos Movimentos Sociais. A discussão gira em torno do caráter classista ou policlassista dos movimentos. Essa discussão tem por base teórico-metodológica a não suficientemente resolvida crise dos paradigmas clássicos em ciências sociais como o das classes. A discussão refere-se à relação classes sociais/movimentos sociais. Como mostram Sader e Paoli (1986, p.57), a alternativa conceitual "classes populares" institui-se como representação na "emergência de uma nova imagem de classe" (p.57), sendo que as pesquisas dos anos 80 (...) constroem uma imagem de classe múltipla e diferenciada que se articula através da noção de enfrentamento coletivo com um poder que também não é único". No entanto, (...) a imprecisão conceitual presente na denominação 'classes populares' comporta heterogeneidade interna na 'composição de classe' dos Movimentos Sociais" (p.59). Com isso, os trabalhos sobre os Novos Movimentos Sociais rechaçam o conceito de "classe social" enquanto paradigma de análise. A grande questão é que essa "virada" representa, ao mesmo tempo, um avanço e um recuo no processo teórico, nas ciências sociais, considerado o processo de transformação social. Por outro lado, devemos enfrentar a hipótese de que a presença dos agentes externos se revela constitutiva no movimento popular. Portanto, o problema não fica resolvido.

4.6 - A problemática das mediações

Jacobi (1987, p.21) identifica uma das questões fundamentais para avaliação dos Movimentos Sociais, e que os estudos não lograram resolver: a não-existência de uma relação automática e linear entre regime político autoritário — modelo econômico excludente — contradições urbanas — emergência de Movimentos Sociais. Esse autor destaca a ausência de mediações nos estudos capazes de (...) estabelecer os elos entre vivência/percepção da carência/exclusão de necessidades e benefícios urbanos e ação concreta", representada pelas lutas e reivindicações que dão sustentação prática aos Movimentos Populares.

Preocupado também com a questão das mediações, Kriskhe (1988) identifica as carências ou necessidades como mediação entre a estrutura social e o momento ético-político. Para tanto, vale-se da estratégia metodológica dos microfundamentos

como possibilidade de ultrapassar as limitações do binômio determinismo-voluntarismo, que estaria associado ao que ele denomina "duplo legado hegeliano". Desse modo, compreendendo as carências como mediação, diz ultrapassada a linearidade de raciocínio herdada dos estudos pioneiros de Castells e Lojkin de uma relação imediata entre Movimentos Sociais e transformação estrutural.

Posicionando-se contra "as disjuntivas do legado hegeliano", Krischke (1988, p.27) enfrenta o problema das mediações entre estrutura social e momento ético-político. Assim, defende a "(...) utilização de uma metodologia capaz de operar com o conceito de carência de modo não determinista nem voluntarista, mas como **mediação** entre a sociedade e a política". Para tanto, lança mão do Individualismo Metodológico como alternativa metodológica e identifica mediação com microfundamentos.³¹

Segundo esse autor, com essa alternativa histórica estaríamos diante da possibilidade de "uma abertura para o futuro, o 'sonho optativo' da desalienação, de liberdade, do socialismo". Nesse quadro alternativo, o agente externo continua sendo elemento decisivo, uma vez que a eficácia das mediações para mobilização das carências só ocorre "quando canalizadas por mediadores especializados".

Com essa alternativa metodológica de estudo dos Movimentos Sociais, o problema acima apontado por Jacobi não fica resolvido. Por outro lado, como essa alternativa metodológica tem implicações ideológicas (que não cabem ser discutidas aqui) e o caminho do marxismo analítico como pressuposto teórico-metodológico para análise dos Movimentos Sociais deve ser trilhado com uma suficiente dose de crítica, entendemos que a problemática das mediações permanece em aberto.

4.7 - A questão metodológica

Também Azevedo e Prates (1991), identificando e analisando o paradigma dominante sobre os Movimentos Sociais no Brasil nas últimas décadas, propõem a necessidade de rediscutir os padrões da ação coletiva, englobados todos sobre o rótulo de Movimentos Sociais, partindo do suposto dos teóricos do marxismo analítico como Elster e Olson.³²

Segundo Azevedo e Prates (1991), a literatura nacional apresenta uma

"(...) fraqueza principal revelada pelo viés ideológico dos seus pressupostos fundamentais, tomados como inquestionáveis, assumindo juízo de valor *a priori* como, por exemplo, que os MSUs constituem sempre manifestações 'libertárias' das 'classes populares' diante do aparato dominador do Estado capitalista".

³¹ Para a especificação das principais teses do Individualismo Metodológico, ver Levine, Sober e Wright (1989).

³² Bruno Pinheiro Reis (1991) faz um interessante mapeamento dos principais representantes e das teses do marxismo analítico.

Valendo-se das questões propostas pela tradição de análise da ação coletiva via Olson³³, Azevedo e Prates argumentam que as críticas já existentes não chegam a saturar a problemática da natureza da ação coletiva, visto que o pressuposto do viés teórico dominante nos estudos sobre Movimentos Sociais seria o que Elster qualifica de "teleologia objetiva".

Nessa base, os autores enfrentam a problemática pelo resgate do chamado "dilema olsoniano", qual seja, o de identificar se o bem coletivo que o grupo busca é de natureza "negociável" ou "não negociável". Distinguem, assim, dois modos de ação coletiva: os propriamente chamados Movimentos Sociais, considerados como um tipo especial de ação coletiva, de caráter normativo e ideológico, que operam com bens coletivos de natureza "não negociável" (que seriam, por exemplo, os movimentos de direito de cidadania, de ecologia, etc.) e que implicam uma crise de legitimidade do sistema institucional de representação; e os chamados Movimentos Reivindicativos, de natureza instrumental, que, movendo-se num sistema de solidariedade, orientam sua ação em vista de "bens negociáveis". A ação dos Movimentos Reivindicativos não envolve, lógica e necessariamente, crise de legitimação do sistema de representação, permanecendo a ação ao nível de pressões adaptativas sobre o sistema político, sem questionamento de suas bases de legitimidade. No caso, a maioria dos estudos sobre os Movimentos Sociais dominantes trata desse segundo tipo de ação coletiva.

A nosso ver, a perspectiva (ou a alternativa) interpretativa dos autores, pela via analítica do conceito de "ação coletiva", como possibilidade explicativa dos Movimentos Sociais Urbanos, também encerra uma predeterminação teórica apriorística de possibilidade explicativa universal. Essa limitação está presente na proposta dos autores de realizar a análise dos Movimentos Sociais Urbanos, na

"(...) relação entre interesses, racionalidade individual e ação coletiva, a lógica michelsiana das organizações, os sistemas de solidariedade e os tipos de ação coletiva", enquanto possibilidade de "entendimento e explicação do fenômeno empírico dos Movimentos Sociais em **qualquer contexto histórico ou nacional** (grifo nosso)." (AZEVEDO, PRATES, 1991, p.124).

O problema que colocamos diante dessa posição é o de pensar se essa alternativa metodológica não encerra o pressuposto de que o que impulsiona a ação coletiva seria a existência de um mercado de relações perfeitas, em que se estabeleceria um conjunto de relações com base na igualdade de condições, em possibilidades e oportunidades de acessos e escolhas.

A idéia que subjaz nesse viés ideológico é que as escolhas se realizariam independentemente das condições sócio-econômicas, descartando a contradição como constitutiva estrutural do sistema capitalista. E, ao universalizar as possibilidades de escolha,

³³ Mancur Olson Jr. é um dos representantes do marxismo analítico que usa o jargão da Teoria dos Jogos, conhecido como o "dilema do prisioneiro", trabalhando com os atributos de "incentivos seletivos", carona ou *free-ride*, conforme Reis (1991).

exclui as possibilidades de acesso como limitadoras, inibidoras da própria ação social, posto que, na prática, **todos** fazem escolhas a partir das suas condições objetivas de vida.

A idéia a ser investigada é se esse modelo não se aproxima de um formalismo parsoniano, em que é dada a possibilidade de mudança dentro do sistema na sua dinâmica interna, mas com inconsistência para qualquer possibilidade de ruptura do sistema.³⁴

Portanto, a questão metodológica permanece como uma questão fundamental para a análise dos Movimentos Sociais. Por exemplo, Azevedo e Prates identificam o critério de determinação apriorística como pressuposto dos Novos Movimentos Sociais. A crítica desses autores reside justamente no dado apriorístico. No entanto perguntamos se sua abordagem, ao se valer do referencial teórico das atuais análises da ação coletiva pela via olsoniana, também não parte de um critério apriorístico. Essas duas tendências teórico-metodológicas apresentam uma diferença fundamental. Para os teóricos dos Novos Movimentos Sociais, as contradições do sistema capitalista, assumidas como critério definidor da realidade social, abrem um espaço de possibilidade de superação das próprias contradições do sistema. Já a perspectiva da ação racional, por sua pretensão de universalização dos modelos de ação coletiva, subsume as contradições constitutivas do sistema capitalista, ao considerar a realidade como um dado. O imediatismo da ação é critério definidor. Altruísmo ou egoísmo subjazem como critérios éticos. A ação não se constitui como um momento da práxis, como possibilidade política efetiva de transformação do processo social, e o dado estrutural subsume-se no campo das possibilidades objetivas da realidade imediatamente dada.

Conclusão

São mais indagações do que conclusões propriamente ditas. E indagações que também compõem uma pauta de discussão de questões que ficam ainda sem resposta na tematização sobre os Movimentos Sociais Urbanos.

O campo analítico ainda é muito novo, apesar da extensa e variada bibliografia a que se pode recorrer. Esse campo analítico apresenta desafios que poderão ser enfrentados pela distância histórica da inserção direta em práticas como as de Movimentos Sociais que muitos dos estudiosos do tema vivenciaram ou têm vivenciado nas últimas décadas. E a riqueza e a maturidade da temática serão construídas à medida que novos critérios teórico-metodológicos forem servindo de eixo analítico. Por esse motivo, mais do que encerrar, deixo em destaque alguns pontos que poderão acrescentar para a construção da realidade social.

³⁴ Um texto interessante para situar o sistema da teoria geral da ação parsoniana pode ser encontrado em Rocher (1976).

Em primeiro lugar, perguntamo-nos se novos estudos sobre a temática não deveriam avaliar ou considerar qual a possibilidade de se obter dos setores populares da sociedade capitalista — cujo comportamento é marcado pela submissão, derivada de experiências de séculos de dominação, e, no plano político, pelos efeitos do populismo — a disponibilidade psicológica, ou o desbloqueio psicológico, e a motivação necessária à participação de políticas comunitárias que fossem além da garantia da conquista de necessidades imediatas.

Como bem ressalva Carrion (1984), será possível que homens submetidos ao discurso competente poderiam adquirir consciência social crítica que levasse a mudanças de comportamento tão radical (como requerem a autogestão, a autodeterminação, a autonomia, a democracia interna, etc.) como exige uma proposta de eficácia e transformação social que acompanha o ideário dos Novos Movimentos Sociais?

Falar-se em "crise", "decepção", "refluxo" dos Movimentos Sociais não significa que se esperou das populações pobres mais do que a sociedade lhes possibilitava dar? As exigências teóricas sobre os Movimentos Populares nas décadas de 70 e 80, que vislumbravam nos movimentos de bairro um novo modo de fazer sociedade, o "embrião" de novas formas de relações, livres, autônomas, etc., não contribuíram para agravar a situação em vez de resolvê-la, como postula a teoria? Do mesmo modo, entendemos que a eleição de uma metodologia que preconiza a relação entre interesses, racionalidade individual e ação coletiva para entendimento e explicação do fenômeno dos Movimentos Sociais em **qualquer contexto histórico e nacional** pressupõe que toda a ação é movida por uma racionalidade explicativa num mercado de relações perfeitas, em que são dadas as mesmas oportunidades, possibilidades e condições de escolha de modo irrestrito, independentemente das condições concretas de vida e de desigualdades econômicas e sociais que a sociedade capitalista engendra necessariamente para sua sobrevivência.

O que nos parece é que o caminho teórico das tematizações perdeu o nexo das determinações da realidade efetiva. Talvez seja necessário retornar a pesquisas de campo para obtenção de dados e informações capazes de revelar não os momentos que a literatura cristalizou como determinantes, mas adentrar na análise do processo dos Movimentos Sociais Urbanos, com todas suas contradições inerentes, buscando os momentos de avanço, relativizando os momentos de recuo nas diferentes conjunturas.

Em segundo lugar, por outro lado, a relação dos agentes externos com os Movimentos Sociais reatualiza a problemática do intelectual orgânico. Dentre outras coisas, teríamos que avaliar a possibilidade de agentes, lideranças e grupo maior participarem nas decisões em igualdade de condições, quando fica estabelecida, por determinação do próprio sistema — ou do lugar social que esses ocupam no contexto da sociedade —, a supremacia dos agentes que se dá ao nível do conhecimento, pelo acesso que eles têm às informações e, no caso dos agentes ligados à Igreja, pelo controle dos bens sagrados. Poder, portanto, que se estabelece pelo controle do sagrado, pelo acesso ao saber e que está também determinado economicamente.

Por exemplo, as lideranças que atuam como "agentes", "animadoras" das CEBs, em geral padres, freis, religiosos ou religiosas, são revestidas por um *plus* que é o

elemento sagrado. Através desse elemento, ultrapassam o nível simbólico, o nível histórico, sendo revestidos de caráter atemporal e inquestionável. Questionar a sacralidade das CEBs ou de suas lideranças religiosas é questionar, em última instância, a estrutura hierárquica da Igreja, o que significa questionar Deus. Por isso, pelo ocultamento do elemento sagrado enquanto fonte e instância de poder e ao sacralizar as necessidades por que passam as populações periféricas, estabelece-se outro nível de mascaramento, em que a alienação é produzida. No plano da participação interna, a história faz ver que a herança de relações paternalistas e/ou autoritárias que foram vivenciadas entre os grupos populares e os agentes externos, particularmente vinculados à Igreja Católica, não criaram, efetivamente, uma "cultura de participação democrática".

As análises sociológicas sobre Movimentos Populares, ao desconsiderarem criticamente os pressupostos teológicos e dogmáticos que constituem o fundamento último das CEBs, comprometem a verdade instituída nos Movimentos Sociais.

Em terceiro lugar, perguntamo-nos se uma produção teórica sobre Movimentos Sociais de caráter crítico não deveria abandonar a tendência focalista que tem caracterizado a abordagem do tema e que lhe outorga um potencial de radical transformação das estruturas ou limita as diferentes práticas coletivas ao plano das representações simbólicas.

Talvez devêssemos retomar hoje a análise dos Movimentos Sociais Urbanos na perspectiva da dialética conjuntura-estrutura. Por exemplo, tendo presente que o principal problema conjuntural dos Movimentos Urbanos é a questão da moradia ou a incorporação de "serviços urbanos", como pensar o urbano enquanto espaço social em que convergem todas as contradições estruturais constitutivas do capitalismo? Ou seja, como avaliar a força dos Movimentos Sociais numa perspectiva de correlação de forças em que o que está em jogo é a problemática da renda da terra na cidade capitalista, visto ser na terra urbana que se concentra uma das mais argutas contradições, pois, ao ser um bem não-produzido, como é dito em Oliveira e Barcellos (1989, p.17), adquire preço, valor e um sobrevalor, pela incorporação dos "serviços urbanos"?

Recoloca-se a necessidade de pensar a tensão produzida na relação posse e propriedade do solo urbano nas condições de uso e apropriação feita pelas classes populares, mediante a instalação de equipamentos, bens e serviços de consumo coletivo, assim como o significado que isso adquire para intensificar as desigualdades sociais, valorizando o solo urbano e aumentando a expansão imobiliária. Ou seja, a terra como renda, que adquire valor de uso e valor de troca.

Assim, relativizando devidamente o potencial transformador dos Movimentos Sociais Urbanos a partir de determinações de ordem econômica, ideológica, cultural, psicológica, etc., os estudos da temática não deveriam retomar como ponto de partida indicadores sociais precisos (analfabetismo, mortalidade infantil, desemprego, falta de moradia, carências alimentares, etc.), deslocando, desse modo, o foco analítico do plano privilegiado da cultura política e integrando-o na dialética das relações econômica, políticas e sociais, retomando de alguma forma o método proposto no documento **São Paulo 75: Crescimento e Pobreza?**

Em quarto lugar, por outro lado, um problema que se impõe diz respeito às razões que fazem com que, em diferentes períodos, determinados enfoques analíticos sobre os Movimentos Sociais predominem em detrimento de outros. A variação teórico-analítica e metodológica que os estudos têm apresentado no tempo relaciona-se com a ideologia? Qual ideologia? E quais as consequências políticas dessas diferentes tendências na construção do futuro? Essas tendências não estariam relacionadas a um particular modo de conceber o real que, se não explicitado, se encontra implícito nas formulações sobre Movimentos Sociais?

O que está em jogo, hoje, é a questão das especificidades. Permanecendo as interpretações analíticas no plano meramente ético-valorativo ou no plano da normatividade social no espaço da cultura política, mesmo com um componente analítico potencialmente crítico que identifique os sujeitos da ação coletiva, o risco que se corre é que o específico possa dar lugar à "sociologia do gueto". Daí, advêm, igualmente, os riscos de retrocesso a dimensões teórico-analíticas reacionárias.

Assim, em quinto lugar, identificamos a problemática teórico-metodológica como eixo central para continuidade do debate sobre Movimentos Sociais. No esforço para não dicotomizar pensamento e realidade, portanto, teoria e prática, consideramos que a práxis histórico-social se constitui na alternativa teórico-metodológica capaz de revelar a categoria da contradição como componente constitutivo da realidade social. Com isso, apresenta-se-nos a possibilidade de considerar metodologicamente a práxis histórico-social como via de conotação e desenvolvimento dos Movimentos Sociais Urbanos e de precisar o referencial teórico do conceito de "transformação social".

Nessa perspectiva metodológica, abre-se espaço para analisar o processo dos Movimentos Sociais Urbanos na sua interioridade e na perspectiva da temporalidade histórica, portanto, como processo, permanecendo o referencial da práxis revelada e reveladora dos objetivos, projetos e metas presentes nas práticas coletivas populares, nas formas de organização, articulação e distribuição de poder para encontrar as vias de desenvolvimento do Movimento Popular. Ou seja, descobrir efetivamente os motivos, as razões que conduzem à prática social dos diferentes sujeitos nela envolvidos, bem como o modo como se desdobra essa prática.

Da mesma forma, e no mesmo processo, consideramos fundamental não homogeneizar a atuação dos agentes, mas detectar diferenciadas formas e possibilidades de intervenção e ação dos agentes externos em cada um e em todos os momentos do processo, variando de atitudes de confronto, de abstenção, apoio ou de participação efetiva.

Ao pensar a tese de Marx de que não é a consciência que determina a existência, o comportamento, mas é a existência social, o sistema de relações sócio-econômicas e culturais, que determina a consciência, estaremos diante de um desafio de ordem metodológica, em que apenas uma metodologia alicerçada na práxis histórico-social poderia revelar-nos a dialética destruturador—conservador—construtor dos Movimentos Sociais. E, desse modo, a partir do critério da efetividade histórica (MASCARELLO, 1991), estariam dadas as condições metodológicas necessárias para detectar efetivamente os momentos de rupturas episódicas dos Movimentos Sociais diante da ordem lógico-estrutural do capitalismo, que tem na ideologia neoliberal uma poderosa

força de manutenção do *status-quo*, e, com isso, possibilitar-se-ia a construção de novas perspectivas sócio-econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Em sexto lugar, por fim, para que possamos avaliar histórica e analiticamente o alcance, o significado e a importância dos Movimentos Sociais, e como exigência interna do método, teríamos que pautar as análises por critérios interdisciplinares, acabando com os "muros" epistemológicos tão característicos do modelo de ciência positivista.

Bibliografia

- ABREU, Haroldo (1992). A crise dos movimentos populares. In: MOVIMENTOS populares urbanos; crise e perspectivas. FASE/CIDADE. p.7-11.
- ADUFRGS DOCUMENTA (1991). Mesa redonda: participação e movimentos sociais na década de 80 e perspectivas para 90. n.1, mar., p.13-24.
- ARNS, Paulo Evaristo, Cardeal (1992). O pecado da igreja. **Isto é**, São Paulo, n.1182, 27 maio. (Entrevista a Fábio Sanchez e Marcelo Parada)
- AZEVEDO, Sérgio, PRATES, Antonio A. P. (1991). Planejamento participativo; movimentos sociais e ação coletiva. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice/Revista do Tribunais. p.122-152.
- BAIERLE, Sérgio (1992). Crise da Uampa. **Movimentos populares urbanos; crise e perspectivas**. FASE/CIDADE. p.43-65.
- BORJA, Jordi (1975). **Movimentos sociais urbanos**. SIAP.
- CALDERÔN, F. (1987). Os movimentos sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P., org. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense. p.191-213.
- CALDERÔN, F., JELIN, E. (1987). Classes e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.2, n.5, out., p.67-85.
- CAMACHO, D. (1987). Movimentos sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P., org. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense. p.214-245.
- CAMARGO, D. et al. (1976). **São Paulo 75: crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1976). **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1980). As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes. (**Cadernos CEBRAP**, n.33)

- CARDOSO, Fernando Henrique (1988). Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In: STEPAN, A., org. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.443-482.
- CARDOSO, Ruth (1984). Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. H. T., org. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense. p.215-239.
- CARRION, Rosinha Machado (1984). **Participação ou manipulação: um estudo de caso**. Porto Alegre: FEE.
- CASTELLS, Manuel (1980). **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco, MARTINS, Carlos Estevam (1984). De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: SORJ, B., ALMEIDA, M. H. T., org. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense. p.13-61.
- DOIMO, Ana Maria, DOXSEY, Jaime R., BELING NETO, Roberto A. (1986). Os novos movimentos sociais: teoria e prática. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Cortez/ANPOCS, p.8-36.
- DURHAM, Eunice R. (1988). A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio, org. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.169-203.
- DVORANOVSKI, Clovis (1989). **O processo de constituição de sujeitos políticos mediante a articulação entre o sócio-político e o religioso: as comunidades eclesiais de base em Cachoeirinha (RS), 1976-85**. Porto Alegre: UFRGS. (Dissertação de mestrado em sociologia)
- EVERS, T., MULLER-PLANTENBERG, C., SPESSART, S. (1985). Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J. A. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC. p.110-164.
- FRANK, A. Gunder, FUENTES, M. (1989). Dez teses acerca do movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo: CECC, p.19-48, 17 jun.
- GÓMEZ, Sérgio (1990). Novos setores dominantes na agricultura latino-americana. In: LARANGEIRA, Sônia. **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec. p.107-127.
- GOZZI, Gustavo (1988). Praxis. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. **Dicionário de Política**. México: Siglo XXI/ p.1297-1303.
- GRAMSCI, Antônio (1978). **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GROLI, Dorilda (1988). **O projeto alternativo das CEB'S: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel**. Porto Alegre: PUC/RS. (Dissertação de mestrado em filosofia)

- JACOBI, Pedro R. (1987). Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB**, Rio de Janeiro, n.23, 1.semest.
- JACOBI, Pedro R. (1987a). Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir, org. **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez. p.11-23.
- JACOBI, Pedro R. (1990). Movimentos reivindicatórios urbanos, Estado e cultura política: reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos político-institucionais no Brasil. In: LARANGEIRA, Sônia. **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec. p.220-244.
- KOSIK, K. (1976). **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KRISCHKE, Paulo (1987). Movimentos sociais e transição política: contribuição de democracia de base. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P., org. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense. p.276-297.
- KRISCHKE, Paulo (1988). **Carências e sujeitos sociais: uma estratégia para o seu des(en)cobrimento**. Montivideo. (mimeo)
- KRISCHKE, Paulo (1990). Movimentos sociais e democratização no Brasil: necessidades radicais e ação comunicativa. **Ciência Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice/ANPOCS, p.128-155.
- LARANGEIRA, Sônia (1990). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec.
- LEGENDRE, Pierre (1983). **O amor do censor: ensaios sobre a ordem dogmática**. Rio de Janeiro: Forense Universitário.
- LEVINE, A., SOBER, E., WIRGHT, E. O. (1989). Marxismo e individualismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, v.4, n.11, out.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza (1982). Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política. In: MOISÉS, J. A. et al. **Alternativas populares de democracia: Brasil anos 80**. Petrópolis: Vozes/CEDEC. p.43-72.
- LOJKINE, Jean (1979). O papel do Estado na urbanização capitalista. In: FORTI, R., org. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências Humanas. p.15-51.
- LOJKINE, Jean (1985/1986). A propósito dos "movimentos sociais urbanos". **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v.16/17, n.1/2.
- MARQUES, J. Luiz (1991). **Ética e ideologia: elementos para uma análise crítica em Luckács**. Porto Alegre: Ed. da Universidade /UFRGS.
- MARX, Karl (1990). **Textos filosóficos**. São Paulo: Mandacaru.
- MARX, Karl, ENGELS, F. (1989). **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes.

- MASCARELLO, Maria S. (1991). **Investigação em torno da fé antropológica de Jesus de Nazaré: contribuição ao pensar teológico latino-americano**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia. (Dissertação de mestrado)
- MEDINA, C. A. de, OLIVEIRA, P. A. Ribeiro de (1973). **Autoridade e participação: estudo sociológico da igreja católica**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/CERIS.
- MINELLA, Ary C. (1990). Transformação dos setores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeira no Brasil. In: LARANGEIRA, Sônia. **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec. p.83-106.
- MOISÉS, J. A. et al. (1985). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC.
- NUNES, E. (1985). Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro 1977-1981. In: MOISÉS, J. A. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC. p.92-108.
- OLIVEIRA, Naia, BARCELLOS, Tanya, org. (1990). **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE.
- OLIVEIRA, Naia (1989). **Vazios urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implicações sociais**. Porto Alegre: FEE.
- PANIZZI, Wraha M. (1990). Da legalidade para a ilegalidade: a formação de micro-territórios urbanos. In: OLIVEIRA, Naia, BARCELLOS, Tanya, org. **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE. p.190-213.
- PASQUINO, Gianfranco (1988). Movimientos sociales. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. **Dicionário de Política**. México: Siglo XXI. p.273-279.
- REIS, Bruno Pinheiro W. O. (1991). O conceito de classes sociais e a lógica da ação coletiva. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.34, n.3, p.415-441.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (1989). Movimentos sociais: velhas e novas questões no espaço do Rio de Janeiro. In: VIOLA, E. J., SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P., org. **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis: UFSC. p.90-126.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (1991). Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais. p.95-121.
- ROCHER, Guy (1976). **Talcott Parsons e a sociologia americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ROMANO, Roberto (1979). **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós.
- SADER, Eder (1988). **Quando novos personagens entraram em cena: as experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo; 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- SADER, Eder, PAOLI, Maria Célia (1986). Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth, org. **A aventura sociológica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P., org. (1987). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1987). **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: UFSC.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1987a). O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P., org. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense. p.35-53.
- SILVA, Luís A. Machado, RIBEIRO, Ana Clara (1985). Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? **Ciência Sociais Hoje**, São Paulo: Cortez/ANPOCS. p.318-336.
- SILVA, Luís A. Machado, ZICCARDI, Alicia (1983). Notas para uma discussão sobre "movimentos sociais urbanos". **Ciências Sociais Hoje**, 2. Brasília: ANPOCS. p.9-24
- SINGER, Paul (1979). O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. **Produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega. p.21-36.
- SINGER, Paul, BRANT, V., org. (1980). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP.
- SOUTO, Anna Luiza S. (1983). Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à igreja. **Ciências Sociais Hoje**, 2. Brasília: ANPOCS. p.63-95
- TELLES, Vera da Silva (1987). Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P., org. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense. p.54-85.
- TELLES, Vera da Silva (1988). Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio, org. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.247-283.
- TOURAINÉ, A. (1987). **El regreso del actor**. Buenos Aires: Universitaria de Buenos Aires.
- TREIN, Hans A. (1990). **Leitura popular da bíblia entre o horizonte da igreja e a consciência de classe: um estudo de caso**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia. 244p., + 159 anexos. (Dissertação de Mestrado em Teologia)
- VIGEVANI, T. (1989). Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa. In: VIOLA, E. J., SCHERER-WARREN, I.,

KRISCHKE, P., org. **Crise política, movimentos sociais e cidadania.** Florianópolis: UFSC. p.127-142.

VIOLA, E. J., SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P., org. (1989). **Crise política, movimentos sociais e cidadania.** Florianópolis: UFSC.

Abstract

In this article, we questioned the problem related to the crisis of the New Social Movements (NSM), taking as reference the pattern assumed by the movements at the seventies and the eighties, particularly in the Brazilian case. The crisis approach has to do with the hypothesis of a new, original situation at the social movements. The analysis of NSM have given emphasis to the social participation spaces concerning daily experiences, through which new collective identities are built up at the political culture sphere. These spaces are regarded as based in principles like autonomy, internal democracy, solidarity and non-alienation. We also point out some issues which still remain as open questions, methodologically and analytically, in the available bibliography. Some substantive items are referred as well to stress the present historical-conjunctural and analytical situation of Urban Social Movements.